

Goiás
social

SEDS
Secretaria
de Estado de
Desenvolvimento
Social

GOVERNO DE
GOIÁS
O ESTADO QUE DÁ CERTO



RELATÓRIO DE GESTÃO

2019 - 2025

- 03. Expediente**
- 04. Apresentação**
- 06. Palavra do governador Ronaldo Caiado**
- 08. Palavra do vice-governador Daniel Vilela**
- 10. Palavra da primeira-dama Gracinha Caiado**
- 12. Palavra do secretário Wellington Matos**
- 14. Goiás Social**
- 21. Mães de Goiás**
- 24. Crédito Social**
- 30. Goiás + Inclusivo**
- 34. Equipe Social**
- 38. Banco Vermelho**
- 40. Capacitações regionais**
- 44. Carteira do Autista**
- 50. Aprendiz do Futuro**
- 56. Auxílio Água e Energia**
- 62. Auxílio Nutricional**
- 66. Cofinanciamento Estadual**
- 70. Passe Livre Estudantil**
- 74. Registro Civil**
- 78. Protocolo Todos Por Elas**
- 82. Dignidade Menstrual**
- 76. Goiás Por Elas**
- 90. Cestas básicas**
- 92. Apoio às comunidades Quilombolas**
- 94. Dignidade**
- 98. Dignidade na Rua**
- 100. De Volta Para Casa**
- 104. Família Acolhedora**
- 106. Passe Livre da Pessoa com Deficiência**
- 110. Passaporte da Pessoa Idosa**
- 114. SCasa da pessoa Idosa**
- 116. Socioeducativo**
- 122. Pacto Goiás Sem Racismo**
- 124. Centro de Referência Estadual da Igualdade (Crei)**
- 126. Migrantes**
- 132. Goiás Alerta e Solidário**
- 138. Povos tradicionais**
- 142. População LGBTQIAPN+**
- 144. PPCAAM**
- 146. Conferências estaduais**
- 150. Modernização da gestão**
- 158. Evolução dos programas do Goiás Social operacionalizados pela Seds**

EXPEDIENTE

Governador de Goiás
Ronaldo Ramos Caiado

Vice-governador de Goiás
Daniel Elias Carvalho Vilela

Coordenadora do Goiás Social
Gracinha Carvalho Caiado

Secretário de Estado de Desenvolvimento Social
Wellington Matos de Lima

Chefe de Gabinete
Cássio Silva de Brito

Chefe de Escritório de Projetos Setorial
Vanessa Miranda Freire

Chefe de Comunicação Setorial
Yuri Lopes da Rocha

Chefe da Procuradoria Setorial
Carlos Augusto Sardinha Tavares Junior

Subsecretária de Governança Institucional
Cássia Rodrigues Bessa

Assessoria Técnica de Avaliação e Monitoramento de Parcerias
Juliano Martins Rodrigues

Assessoria Técnica do Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte
Renata Cordeiro Moreira

Corregedoria Setorial
Bruna De Oliveira Miranda

Subsecretária de Execução da Política Social
Silvana Cruz Fuini

Superintendente de Desenvolvimento e A. Social
Marcello Rosa

Ger. de Proteção Social Esp. de Média Complexidade
Cristina Lúcia Assis

Ger. de Proteção Social Esp. de Alta Complexidade
Lilian Dayane de Oliveira Rodrigues

Gerência de Gestão de Benefícios Socioassistenciais e de Transferência de Renda
Cynthia Aparecida Botosso de Castro

Gerência de Gestão do Fundo Estadual de Assistência Social (Feas)
Enicléia Cristiana Morais

Gerência de Gestão do Sistema Único de Assistência Social (Suas)
Magna Regina Domingues Ferreira

Gerência de Regulação e Gestão de Entidades do Sistema Único de Assistência Social
Sonis Henrique Rezende

Gerência de Proteção Social Básica
Mônica Barcelos da Silva Queiroz

Superintendente dos Direitos Humanos
Ana Luísa Freire Andrade Pinto

Gerência de Direitos Humanos
Biany Souza Soares Lourenço

Gerência da Diversidade Sexual
Rogério Araújo da Silva

Gerência de Garantia de Direitos
Franco Craveiro de Sá Neto

Gerência de Inclusão da Pessoa com Deficiência
Hélio Fogaça da Silva

Ger. de Promoção dos Direitos da Pessoa Idosa
Yasmin Gonzaga de Freitas

Superint. da Criança, Adolescente e Juventude
Ricardo Costa Gonçalves

Gerência de Políticas Públicas de Juventude
Cejanne Gonçalves Ribeiro

Gerência da Criança e Adolescente
Bruno Cezar Camargo Gundim

Superintendente de Gestão Integrada
Antônio Eurípedes de Lima

Gerência de Execução Orçamentária e Financeira
Thiago Mendonça Valadão

Gerência de Apoio Administrativo e Logístico
Eduardo Brasil Artiga

Ger. de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas
Leonir Ribeiro de Jesus

Gerência de Contabilidade
Leila Monteiro Santa Brígida

Gerência de Compras Governamentais
Kairo Franklyn Moreira Carmo

Gerência de Planejamento e Orçamento
Hélio Silva Vieira

Superintendente de Gestão e Controle de Parcerias, Contratações e Transferências
Thais Miranda Marques

Gerência de Gestão de Parcerias e Contratações
Ilton Fernandes da Mota

Gerência de Prestação de Contas
Juliano Fumio Matos Urushibata

Superintendente do Sistema Socioeducativo
Samira Jorge

Gerência de Apoio às Ações Socioassistenciais
Bruna dos Anjos Lima

Gerência de Política Continuada para Interação ao Mundo do Trabalho

Ger. de Ensino e Desenvolvimento Psicossocial
Claudia Maria de Oliveira Santos

Ger. de Apoio Operacional, Segurança e Saúde
Renato de Paula Bueno

Superintendente da Igualdade Racial
Rosi Oliveira Guimarães

Gerência de Políticas para Quilombolas, Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana, Povos de Terreiros e Ciganos
Mauro Lopes Damasceno

Gerência de Políticas de Ações Afirmativas e Promoção da Igualdade Racial
Lehi Soares Ferreira Souto

Ger. de Articulação e Promoção de Direitos Indígenas
Sinvaldo Wahuka Oliveira Saraiva

Superintendente da Mulher
Evelin Geordana Rodrigues dos Santos

Gerência de Políticas para Mulheres
Roseli Maria de Oliveira Silveira

Ger. de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres
Larissa de Carvalho Lopes

Superintendente de Tecnologia e Inovação
Pedro Henrique Soares Ximenes

Gerência de Sistemas e Inovação
Thiago dos Santos Prado

Gerência de Infraestrutura e Serviços
Fernando Nogueira da Silva

APRESENTAÇÃO

Desde 2019, a redução da pobreza é pauta prioritária em Goiás. Naquela época, o estado contava com cerca de 7 milhões de habitantes, dos quais aproximadamente 1,3 milhão viviam em situação de pobreza ou extrema pobreza, o equivalente a 19% da população registrada no Cadastro Único (CadÚnico).

O cenário revelava uma paralisação nos programas sociais, que não possuíam orçamento garantido; dívidas com entidades filantrópicas e fornecedores, além do desafio no uso do Fundo de Proteção Social (Protege), que estava sendo direcionado para finalidades que não eram voltadas ao social. A falta de integração entre as pautas do governo, municípios e servidores era refletida ainda, desde a concentração e repasse dos benefícios até a condução das políticas sociais junto à Organização das Voluntárias de Goiás (OVG).

Porém, no mesmo ano, foram adotadas medi-

das administrativas para reorganizar e fortalecer a política social no estado. Com a criação do Gabinete de Políticas Sociais (GPS), foi elaborado um diagnóstico da situação das pastas que desenvolviam ações voltadas ao desenvolvimento social. Isso permitiu uma visão mais ampla e estratégica das necessidades, além de identificar prioridades para a construção de uma gestão integrada, transparente e eficiente, capaz de gerar resultados reais. A implementação ainda possibilitou a reestruturação do Fundo Protege, que passou a ter seus recursos integralmente direcionados às ações sociais.

Com o fortalecimento e execução correta das políticas públicas, o CadÚnico ganhou ainda mais relevância. A plataforma de dados permite identificar e caracterizar os segmentos mais vulneráveis da população, reunindo informações sobre condições de moradia, composição familiar, acesso a serviços públicos como água, saneamento e energia elétrica, o que facilita a informação sobre a realidade das famílias. Assim, é possível monitorar e avaliar o alcance e a eficácia dos programas sociais, garantindo que os recursos sejam direcionados a quem realmente precisa, o que faz dessa ferramenta a principal porta de entrada para os programas do Goiás Social.

RONALDO CAIADO

GOVERNADOR DE GOIÁS

O Goiás Social se consolidou como a maior política pública de proteção e promoção social do Brasil. Mais do que um conjunto de ações assistenciais, trata-se de uma estratégia integrada de transformação de vidas, que coloca nosso estado como vitrine nacional no enfrentamento à pobreza e à vulnerabilidade.

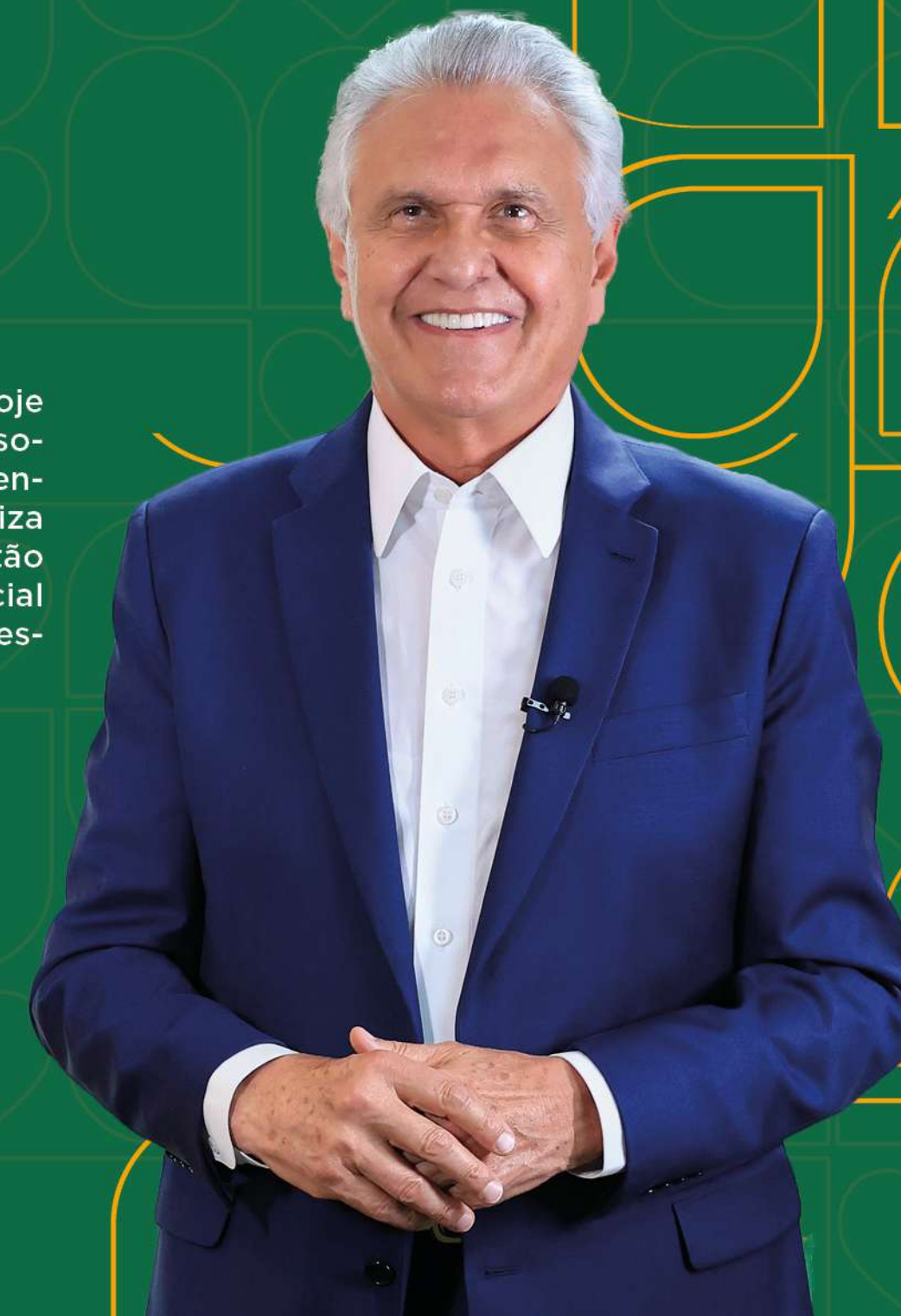
Durante muito tempo, programas sociais executados pelo poder público foram utilizados com viés eleitoreiro, sem critérios objetivos e sem transparência — realidade muito diferente da que vivemos hoje. O Goiás Social representa uma verdadeira virada de chave: não se limita ao repasse de benefícios e serviços, mas cria caminhos concretos para a autonomia, a qualificação profissional, a geração de renda e a superação da pobreza.

Com método, planejamento e um olhar humano voltado para quem mais precisa, o programa

reúne mais de 100 ações e projetos que abrangem transferência de renda, capacitação profissional, apoio ao empreendedorismo, segurança alimentar, inclusão produtiva e assistência social.

O grande diferencial está justamente nessa integração. Mais do que amparar, o objetivo é oferecer condições reais para que cada pessoa supere a situação de vulnerabilidade, com dignidade no presente e oportunidades para o futuro. Quando há planejamento, responsabilidade fiscal e compromisso social, é possível transformar indicadores em histórias reais de superação.

É por isso que Goiás hoje abriga o maior programa social do Brasil, lidera o enfrentamento à pobreza e simboliza o compromisso de uma gestão que não trata a política social como gasto, mas como investimento.



DANIEL VILELA

VICE-GOVERNADOR DE GOIÁS

A rede de proteção social do Governo de Goiás é a expressão mais direta do que defendemos para o nosso Estado: um governo acessível, próximo da população, e capaz de enxergar a comunidade antes de enxergar números. É por isso que tratamos a política social como prioridade de gestão, com atendimentos que chegam a quem mais precisa, no tempo certo, com respeito e escuta.

A lógica dessa rede é simples e firme: não deixar ninguém para trás. A partir dessa diretriz, reunimos ações que protegem, acolhem e oferecem oportunidades, com programas que enfrentam a urgência sem perder de vista a autonomia das famílias.

Como resultado, Goiás chegou à posição de estado que mais tirou pessoas da situação de vulnerabilidade, e isso se deve ao trabalho árduo de nossa primeira-dama, Gracinha Caiado, que, com muita sensibilidade e olhar humanizado, ajudou a consolidar em Goiás a maior rede de proteção social do Brasil. Nesse processo, também merece destaque

a condução séria e comprometida da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (Seds), que tem papel decisivo para transformar diretrizes em ações concretas na vida da população.

Ao integrar políticas públicas, essa estrutura garante começo, meio e continuidade da assistência imediata à inclusão pelo trabalho, pelo estudo e pela renda. A soma de iniciativas, como Mães de Goiás, Dignidade e Crédito Social, cria um percurso mais justo para quem está à margem, em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

Isso só foi possível com muito planejamento e responsabilidade, em uma mudança de cultu-

ra política conduzida pelo governador Ronaldo Caiado que, com seriedade e compromisso, conseguiu alocar recursos para ajudar quem mais precisa. Dessa forma, o Governo de Goiás transforma o cuidado social em ação efetiva, com critérios, transparência e foco em resultado.

Seguiremos fortalecendo essa rede porque oferecer dignidade é um trabalho diário. Cada atendimento, cada benefício e cada encaminhamento bem feito reafirmam o compromisso de governar perto das pessoas, com presença em todas as regiões e atenção a cada realidade. Goiás avança quando o poder público assume a responsabilidade de caminhar ao lado de quem mais precisa.



GRACINHA CAIADO

PRIMEIRA-DAMA E COORDENADORA
DO GOIÁS SOCIAL

O Goiás Social se consolidou como uma das mais importantes políticas públicas do Estado de Goiás por traduzir, na prática, o compromisso do governo Ronaldo Caiado em colocar as pessoas no centro das decisões. Mais do que um conjunto de programas, trata-se de uma rede estruturada de proteção e promoção social que atua para garantir dignidade, oportunidades e segurança para as famílias que mais precisam.

Nesse esforço, a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (Seds) tem papel fundamental. É a partir dela que muitas das ações do Goiás Social chegam aos municípios e alcançam diretamente a população em situação de vulnerabilidade. Com uma atuação ampla e articulada, a secretaria trabalha tanto no enfrentamento imediato das dificuldades quanto na criação de caminhos para que as famílias conquistem autonomia e melhores condições de vida.

Entre as iniciativas que integram essa rede estão programas como Mães de Goiás, Aprendiz do Futuro, Dignidade, Goiás por Elas, Goiás + Inclusivo e Equipa Social, que ampliam o alcance das políticas públicas e fortalecem a rede de assistência social nos municípios.

Todas essas iniciativas demonstram que o Goiás Social vai além da assistência emergencial. Ele representa uma política pública estruturada, que integra proteção, inclusão e oportunidade, permitindo que milhares de famílias tenham acesso a di-

reitos e possam construir um futuro com mais dignidade.

Ao fortalecer a atuação da Secretaria de Desenvolvimento Social e ampliar a rede de proteção, o Goiás Social reafirma o compromisso do Estado com a justiça social e com a construção de um Goiás mais humano, solidário e cheio de oportunidades para todos.



WELLINGTON MATOS

SECRETÁRIO DE ESTADO
DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Goiás hoje é referência nacional na condução das ações sociais graças a uma série de decisões adotadas desde o primeiro dia da gestão do governador Ronaldo Caiado. A primeira delas foi dar protagonismo à área social dentro da estrutura governamental. A moralização do Fundo de Proteção Social do Estado de Goiás (Protege Goiás) foi essencial na garantia de recursos para a execução de políticas públicas. Se antes o fundo era usado indevidamente, hoje ele é a fonte de mais de 100 projetos exclusivamente da área social.

Outro pilar que justifica o sucesso dos programas do Goiás Social é a liderança, a articulação, o planejamento e a coordenação da primeira-dama Gracinha Caiado. Comandado por ela, o Gabinete de Políticas Sociais (GPS) conseguiu unificar, monitorar e avaliar toda a política social realizada em Goiás. Essa convergência de esforços e metas só foi possível graças a uma

gestão unificada de todos os programas sociais, envolvendo todas as secretarias, órgãos, autarquias e empresas do Governo de Goiás.

O resultado veio em forma de superação da pobreza. Goiás é o estado que mais tirou pessoas da extrema pobreza em todo o Brasil, segundo dados de 2023 da PNAD Contínua, do IBGE. Essa conquista é fruto de investimento expressivo em programas de transferência de renda, combinado com o fortalecimento dos equipamentos sociais nos municípios, o apoio a mais de 500 entidades assistenciais filantrópicas, orçamento garan-

tido e focalização na definição dos beneficiários. Além do primeiro auxílio, é necessário promover condições de superação da pobreza. E Goiás tem feito isso por meio da inclusão produtiva, do estímulo ao empreendedorismo e condições de empregabilidade.

Os últimos sete anos foram de reestruturação do social, da implementação de políticas públicas que permitiram Goiás ser exemplo a ser seguido por vários outros estados. O desafio para as próximas gestões é aperfeiçoar as ações para que mais beneficiários possam, de fato, romper com o ciclo da pobreza.





GOIÁS
SOCIAL

GOVERNO DE
GOIÁS
CERTO

GOIÁS
SOCIAL

GOIÁS
O ESTADO GOIÁS

1
GOIÁS
SOCIAL

GOIÁS SOCIAL

O Goiás Social promove ações de proteção e mobilidade social com o objetivo de romper trajetórias de vulnerabilidade socioeconômica. A iniciativa foi desenhada na gestão do governador Ronaldo Caiado, iniciada em 2019, sendo consolidada como programa em 2021, com a intenção de transformar assistência em porta de entrada para direitos, renda e autonomia.

Na prática, virou a vitrine mais robusta das ações sociais em Goiás, com presença contínua nos 246 municípios e foco em públicos que mais precisam de assistência, como crianças e jovens, mulheres, idosos, pessoas com deficiência, vítimas de violência doméstica, povos tradicionais, indígenas e população LGBTQIAPN+. A coordenação é do Gabinete de Políticas Sociais (GPS), em articulação com secretarias do Governo de Goiás, prefeituras e a Organização das Voluntárias de Goiás (OVG), formando uma rede que combina capilaridade e execução direta.

O Goiás Social se apoia em três eixos complementares: o emergencial, voltado a respostas imediatas, com distribuição de alimentos, cobertores e absorventes; o protetivo, que garante suporte financeiro a quem precisa, com programas como Mães de Goiás, Aluguel Social e Dignidade; e o emancipatório, que aposta em educação, qualificação e inserção produtiva, com iniciativas como ProBem, Aprendiz do Futuro, Bolsa Estudo e Crédito Social. Somam-se frentes como Goiás Social Itinerante e ações direcionadas a áreas mais remotas, incluindo comunidades quilombolas e zonas rurais do Nordeste goiano.

Os resultados traduzem a dimensão desse arranjo:



+214 mil mulheres atendidas pelo Mães de Goiás



+100 programas sociais em todas as áreas abastecidos pelo Fundo Protege



+50 mil universitários com bolsas



+15 mil jovens no Aprendiz do Futuro



+23,9 milhões de refeições servidas nos Restaurantes do Bem



+365 mil cobertores e agasalhos doados pela campanha Aquecendo Vidas



Crédito Social soma investimento superior a R\$ 74 milhões





Na avaliação da coordenação do programa, a primeira-dama Gracinha Caiado, o reconhecimento popular medido pela AtlasIntel se relaciona ao alcance territorial e ao foco em quem mais precisa, com a diretriz de “não deixar ninguém para trás”.

“ **COM POLÍTICAS SÉRIAS VOLTADAS PARA A ÁREA SOCIAL, O ESTADO SE TORNA REFERÊNCIA PARA TODO O BRASIL. NOSSO OBJETIVO É ROMPER O CICLO DA POBREZA. POR ISSO, NÃO COMEMORAMOS NÚMERO DE CARTÕES DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA ENTREGUES, MAS SIM O NÚMERO DE FAMÍLIAS QUE CONSEGUIRAM SUPERAR A VULNERABILIDADE SOCIAL E TRILHAR O CAMINHO DA INDEPENDÊNCIA FINANCEIRA, COM PROGRAMAS QUE INCENTIVAM O TRABALHO, A CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL E A EDUCAÇÃO** ”

complementa Gracinha Caiado.

Em paralelo às entregas do programa, indicadores nacionais recentes citados pelo Governo apontam melhora consistente: Goiás aparece com a menor taxa de extrema pobreza do país e a segunda menor taxa de pobreza, segundo a PNAD Contínua, além de desempenho favorável em desigualdade medida pelo Índice de Gini e crescimento da renda média das famílias em 2023. A leitura política do Goiás Social, nessa chave, desloca o centro da discussão do volume de benefícios para o movimento de saída da vulnerabilidade, sustentado por programas que combinam transferência, proteção e trilhas de capacitação e trabalho.

GOIÁS TEM



Goiás tem a menor taxa de extrema pobreza do Brasil (1,3%)

246 municípios alcançados com ações integradas





2

MÃES DE
GOIÁS



MÃES DE GOIÁS

O Mães de Goiás é uma das frentes centrais do Goiás Social para proteger a primeira infância e promover auxílio imediato a famílias em extrema vulnerabilidade. O programa faz transferência de renda para mães com filhos de 0 a 6 anos com pagamento mensal de R\$ 300. A proposta combina segurança alimentar e estabilidade mínima de renda no período mais sensível do desenvolvimento infantil, quando a falta de recursos costuma produzir efeitos duradouros na saúde e no aprendizado.

O acesso é organizado pelo Cadastro Único: é preciso morar em Goiás, manter o CadÚnico atualizado e ter pelo menos uma criança nessa faixa etária na composição familiar.



O benefício é entregue no próprio município, com comunicação prévia por ligação telefônica e SMS. Além da transferência, o programa vincula compromissos de cuidados médicos e, para as crianças em idade escolar, frequência regular, reforçando a rede de proteção que envolve saúde e educação.

Operacionalizado pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (Seds), o Mães de Goiás já ultrapassou 214 mil mães e tem presen-

ça em todos os 246 municípios goianos. Entre seus objetivos estão fortalecer o papel protetivo das mães, reduzir riscos sociais, assegurar a permanência escolar dos filhos e ampliar a cobertura vacinal, compondo uma política que atua no curto prazo, sem perder de vista as condições que ajudam a família a atravessar a vulnerabilidade com mais dignidade.



+214 mil mães atendidas.

Investimento de R\$ 989 milhões

aplicados na rede de proteção.



Reajuste de 20%
no valor do benefício a partir de janeiro de 2025



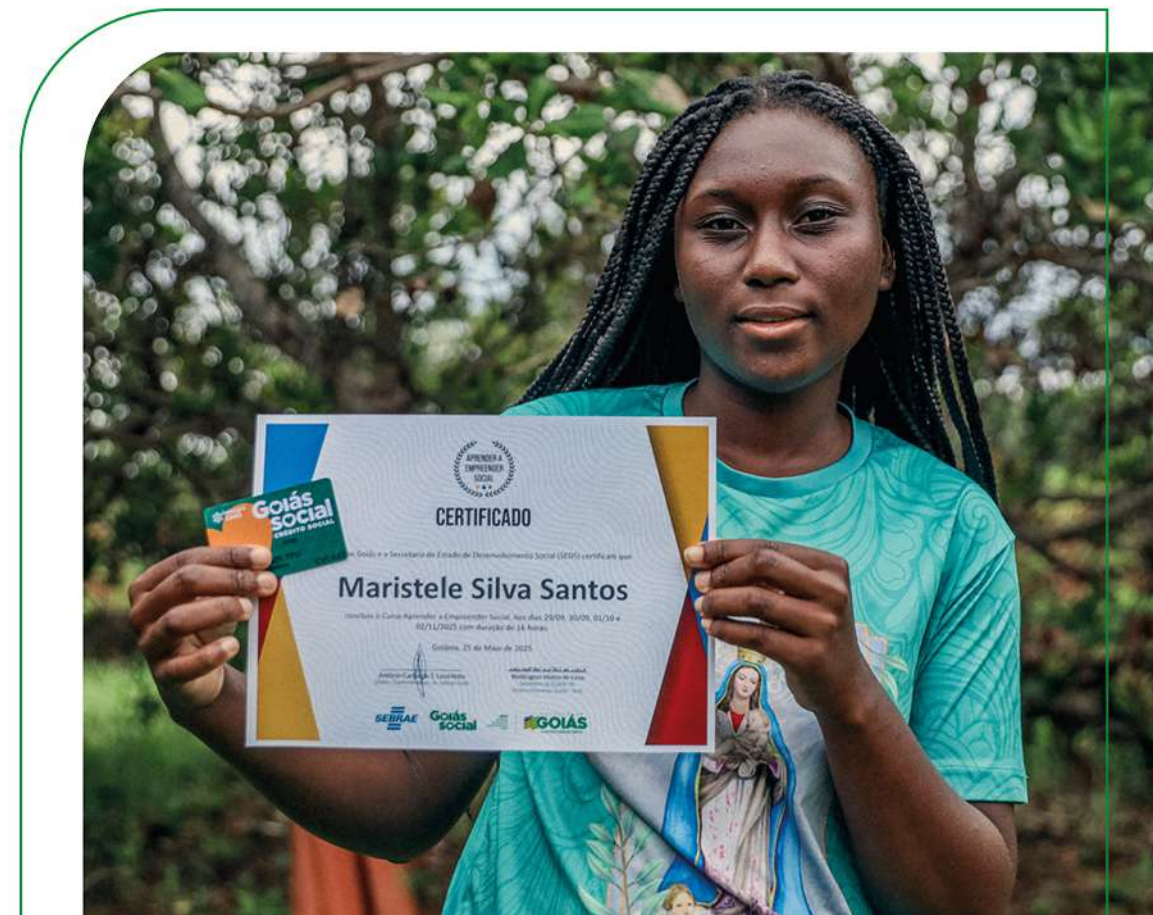
CRÉDITO
SOCIAL

CRÉDITO SOCIAL

O Crédito Social é uma iniciativa criada para incentivar o empreendedorismo com repasse direto de recursos, articulado a ações de qualificação. Lançado em abril de 2021, o programa foi desenhado para enfrentar desigualdades sociais e econômicas com um caminho que combina renda, formação e oportunidade de geração de trabalho.

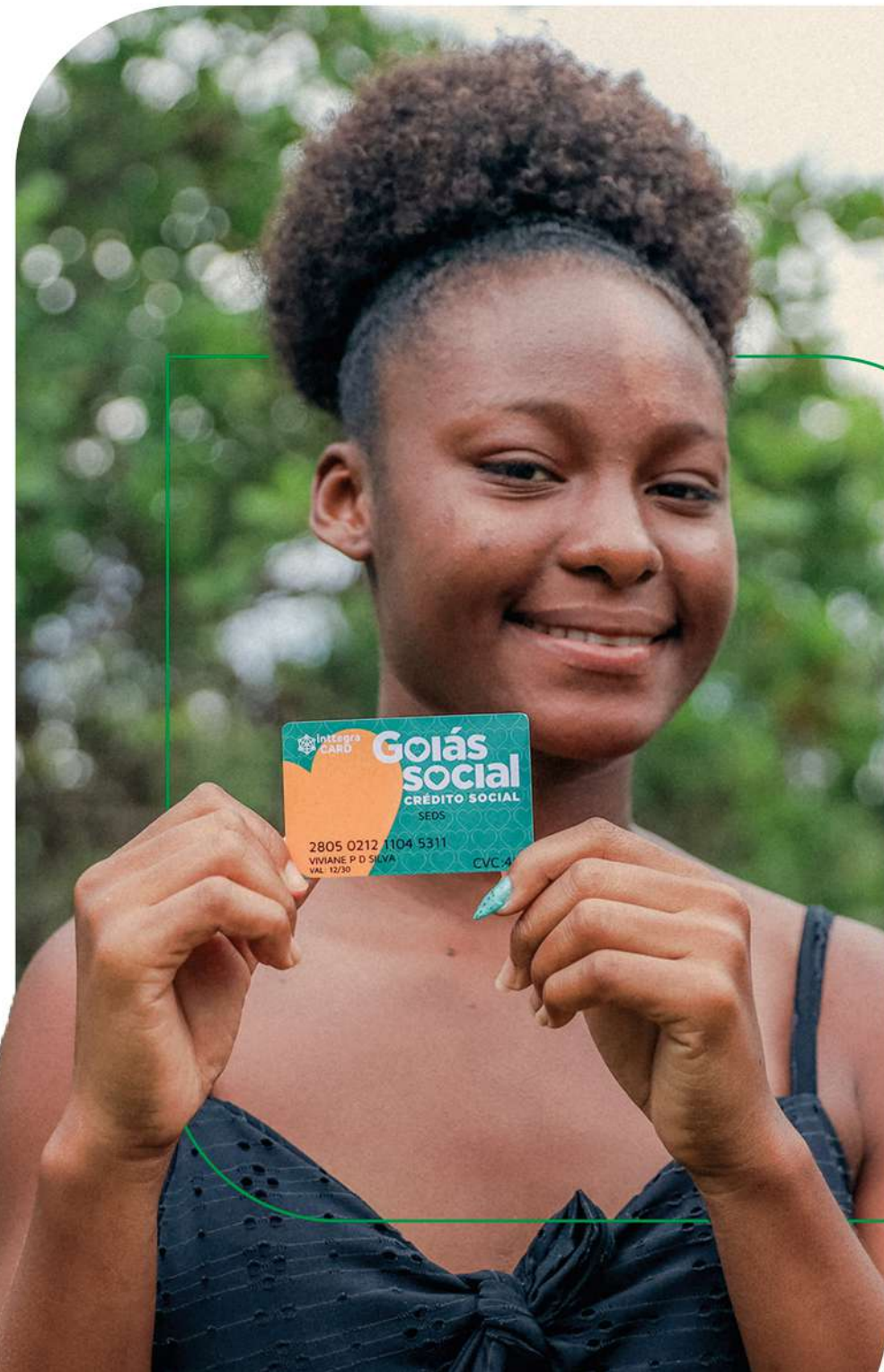
O benefício pode chegar a R\$ 5 mil, conforme o curso concluído por pessoas em situação de vulnerabilidade social. O recurso é pessoal e intransferível, devendo ser utilizado para compras de produtos

específicos que visam estimular o desenvolvimento das atividades aprendidas nos cursos de capacitação. Além disso, o valor estimula o comércio local, pois as compras devem ser feitas nos municípios ou região.



A execução reúne as Secretarias de Estado de Desenvolvimento Social (Seds), da Retomada, de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Seapa), e de Ciência e Tecnologia (Secti), ampliando o alcance da política e conectando capacitação a um incentivo financeiro voltado ao início de uma atividade produtiva.





No recorte da Seds, o Crédito Social atende públicos acompanhados pela política de assistência social, como quilombolas, lideranças indígenas, comunidades ciganas, entre outros. Em parceria com o Sebrae, a secretaria oferta o curso Aprendendo a Empreender Social, que integra o percurso formativo e viabiliza o acesso ao benefício para esses grupos, fortalecendo iniciativas locais e ampliando as condições de autonomia econômica.



44 mil
de novos
empreendedores
capacitados



R\$ 146
milhões em
Investimento



até **5 mil**
de repasse para o
beneficiário iniciar seu
próprio negócio

“**SOU INICIANTE E JÁ FAÇO BOLOS DE ANIVERSÁRIO E AGORA VOU PODER COMPRAR MINHAS COISAS, MEU FORNO, MINHA BATEDEIRA E TODOS OS ACESSÓRIOS QUE EU VOU PRECISAR USAR PARA DAR CONTINUIDADE NA MINHA PANIFICAÇÃO. ESTOU MUITO GRATA, MUITO FELIZ POR TER SIDO CONTEMPLADA COM O CARTÃO DO CRÉDITO SOCIAL.**”

-Edelza da Costa



4

GOIÁS+
INCLUSIVO

GOIÁS +INCLUSIVO

O Goiás + Inclusivo é um programa do Governo de Goiás voltado à proteção social de famílias em extrema vulnerabilidade que têm, na composição familiar, ao menos uma pessoa com deficiência de até 17 anos. A iniciativa oferece auxílio financeiro mensal de R\$ 500 e parte de um princípio simples: reduzir desigualdades com suporte direto para quem enfrenta maiores barreiras no acesso à renda, alimentação, cuidados e direitos básicos.

O acesso passa pelo Cadastro Único (CadÚnico). Para participar, a família precisa estar com os dados atualizados, ter renda de



até R\$ 109 por pessoa e se enquadrar nos critérios de pobreza ou extrema pobreza adotados pelo governo federal, além de registrar no CadÚnico a pessoa com deficiência de até 17 anos. O valor pode ser utilizado para compra de alimentos e medicamentos em estabelecimentos cadastrados, contribuindo para segurança alimentar e maior estabilidade no cotidiano.

Lançado em setembro de 2025, o programa já atende quase 6,5 mil famílias no estado, incluindo 413 beneficiárias do BPC. A transferência mensal funciona como reforço de renda para garantir condições básicas de cuidado e bem-estar.



Quase **6.500** famílias com crianças/adolescentes com deficiência atendidas

Apoio mensal para garantir saúde e nutrição especializada

“ **EU ABRI MÃO DE UMA CARTEIRA ASSINADA PRA PODER FAZER OS ACOMPANHAMENTOS DO MEU FILHO. ALÉM DO PRECONCEITO QUE A GENTE PASSA, AFETA MUITO A RENDA DA FAMÍLIA. EU AGRADEÇO AO GOVERNO DE GOIÁS E AO GOIÁS SOCIAL POR TER BENEFICIADO NÃO SÓ A MIM, COMO TANTAS OUTRAS FAMÍLIAS.** ”

-Solange Carvalho, mãe do Vyctor Hugo Almeida



5
EQUIPA
SOCIAL

EQUIPA SOCIAL

Com investimento de R\$ 100 milhões, o Equipa Social viabilizou a reforma e a adequação de 414 unidades de Centro de Referência de Assistência Social (Cras) e Centro de Referência Especializado de Assistência Social (Creas) nos 246 municípios goianos. A medida fortalece a infraestrutura dos principais pontos de atendimento da assistência social no território e amplia as condições de acolhimento às famílias.



O repasse extraordinário foi definido conforme a estrutura física de cada unidade, com base nos dados do Censo do Sistema Único de Assistência Social (Censo Suas) de 2023. Unidades classificadas nos níveis 1 e 2 receberam R\$ 300 mil, as de nível 3 ficaram com R\$ 250 mil, e as de níveis 4 e 5 receberam R\$ 200 mil, ajustando o investimento às necessidades apontadas no diagnóstico.

Cada município pode aplicar o recurso conforme suas demandas, exclusivamente em investimento: aquisição, reforma, construção, adequação ou ampliação dos prédios do Cras e do Creas, além da compra de bens permanentes como computadores, móveis, ar-condicionado e outros equipamentos. O

repasse não pode ser usado em unidades alugadas, e a execução fica a cargo das secretarias municipais de Assistência Social (ou estruturas equivalentes), responsáveis por manter em funcionamento os serviços que fazem o primeiro atendimento e organizam o acesso a cadastros e encaminhamentos.

 **100 milhões**
de investimento em
infraestrutura
municipal

 **414 unidades**
(CRAS e CREAS)
modernizadas e
equipadas

“ **ESTE RECURSO CHEGA PARA O FORTALECIMENTO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL NOS 246 MUNICÍPIOS DE GOIÁS E NÓS ESTAMOS MUITO FELIZES PORQUE, COM CERTEZA, ESSE INVESTIMENTO VAI TRAZER DIGNIDADE, ATENDIMENTO HUMANIZADO TANTO PARA OS NOSSOS USUÁRIOS QUANTO PARA OS NOSSOS COLABORADORES.** ”

-Neide Lellis, secretária de
Assistência Social de Itaberaí

BANCO VERMELHO

Pintado de vermelho e colocado em pontos de grande circulação, o Banco Vermelho foi criado como um símbolo visual direto para expor o ciclo da violência doméstica e do feminicídio. A proposta é tirar o tema do silêncio e da esfera privada, chamando a sociedade para a respon-

sabilidade coletiva, em sintonia com a meta de “Feminicídio Zero” assumida nas políticas públicas de enfrentamento à violência contra a mulher.

Em Goiás, a iniciativa é conduzida no âmbito do Goiás Social e da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (Seds), em parceria com o Instituto Banco Vermelho. A coordenadora do Goiás Social, primeira-dama Gracinha Caiado, lidera a agenda de implantação do símbolo no estado, articulando a instalação do mobiliário urbano como ferramenta permanente de conscientização e mobilização.

Cada banco instalado traz mensagens de alerta e canais de denúncia integrados, como o Ligue 180, além de orientações sobre tipos de violência e caminhos de proteção. A ideia é que a informação esteja exposta no cotidiano, como parte do espaço público, reforçando que denunciar, acolher e interromper o ciclo de agressões é dever compartilhado. Em Goiás, o Banco Vermelho já passou por diferentes locais de grande circulação, como a Praça Cívica, Tribunal de Justiça do Estado de Goiás (TJGO) e Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO), a fim de ampliar o alcance da campanha e manter o tema sempre visível.



**Rumo ao
Feminicídio Zero**



**Violência contra a
mulher tratada como
responsabilidade
pública e permanente**





7 CAPACITAÇÕES REGIONAIS

CAPACITAÇÕES REGIONAIS

Promover a qualificação de servidores da assistência social também é uma das funções da Seds. Nos últimos sete anos, nossas equipes capacitaram mais de 107 mil profissionais das mais diversas áreas, em todos os municípios goianos, para repassar conhecimentos e aprimorar o atendimento ao público.



Os cursos, palestras, oficinas e apoios técnicos foram realizados tanto de forma presencial quanto na modalidade on-line, principalmente no período da pandemia de Covid-19. As capacitações regionais envolveram temas como Direitos Humanos; Criança, Adolescência e Juventude; Mulher; Desenvolvimento e Assistência Social e Igualdade Racial.

Profissionais das mais diversas áreas foram habilitados, como assistentes sociais, educadores, psicólogos, conselheiros tutelares, conselheiros de direitos municipais e estaduais, representantes do Poder Judiciário, Ministério Público e Defensoria Pública, profissionais da área da saúde, forças de segurança, colaboradores das unidades de Centro de Referência de Assistência Social (Cras) e Centro de Re-

ferência Especializado de Assistência Social (Creas), servidores públicos, autoridades e sociedade civil.

Com formação contínua, os profissionais desenvolvem sensibilidade social e ética para garantir que as políticas públicas voltadas à população em situação de vulnerabilidade sejam executadas com qualidade, eficiência e respeito aos direitos dos cidadãos. Servidores capacitados conseguem compreender melhor as necessidades das famílias, oferecendo orientações adequadas e encaminhamentos corretos para serviços, benefícios e programas do Goiás Social.



Cerca de 107 mil pessoas atendidas em capacitações a servidores da assistência social dos municípios



Padronização de fluxos, atualização técnica e qualificação do atendimento, com base nas diretrizes do Suas

Cobertura: formações regionalizadas, com alcance em todo o território goiano





88

CARTEIRA
DO AUTISTA

CARTEIRA DO AUTISTA

A identificação adequada de pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) é uma medida objetiva para qualificar o acesso a direitos e organizar o atendimento em serviços públicos e privados. Nesse contexto, a Carteira de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (Ciptea) atua como instrumento de reconhecimento formal, reduzindo entraves no cotidiano e assegurando tratamento prioritário quando previsto em norma.

Instituída em Goiás pelo Decreto nº 9.107/2017, a Carteira do Autista destina-se a identificar a pessoa diagnosticada com TEA no âmbito estadual. O documento se insere na política de inclusão e garantia de direitos, considerando que o TEA é reconhecido, para fins legais, como condição que assegura proteção e acesso a políticas públicas voltadas à pessoa com deficiência. A emissão é realizada pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (Seds), tanto em ações itine-





rantes do Goiás Social quanto no atendimento presencial na sede, em Goiânia.

Além de facilitar o atendimento e evitar situações de exposição ou constrangimento, a carteira contribui para a organização de informações que orientam o planejamento da rede de serviços. Desde 2019, foram emitidas 15.993 carteiras no estado, ampliando o alcance do instrumento de identificação e reforçando a presença da pauta do autismo na agenda de políticas públicas.



Identificação imediata de pessoas com TEA, com facilitação de prioridade e acesso a direitos no atendimento



Documento emitido pela Seds, com oferta em ações itinerantes e atendimento presencial



Mais de 15 mil carteiras emitidas

“

MEU FILHO É AUTISTA, ENTÃO É UM PROCESSO MUITO BOM QUE O GOVERNO DE GOIÁS FEZ PARA NÓS TERMOS ESSE BENEFÍCIO DE IDENTIFICAÇÃO, A CARTEIRA DO AUTISTA, JUNTAMENTE COM O PASSE LIVRE DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA QUE GARANTE MAIS FACILIDADE NO DIA A DIA.

”

-Eliana Aparecida



9

APRENDIZ
DO FUTURO



APRENDIZ DO FUTURO

A transição da escola para o mundo do trabalho costuma ser um ponto crítico para adolescentes em situação de vulnerabilidade, especialmente quando falta renda, rede de apoio e perspectiva

de futuro. Para enfrentar esse gargalo com uma política estruturada de socioaprendizagem, o Governo de Goiás investe no programa Aprendiz do Futuro, iniciativa do Goiás Social executada pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (Seds), com foco em profissionalização, inclusão social e cidadania, sem romper o vínculo com a educação formal.

O programa seleciona adolescentes e jovens para atuar, como aprendizes, em rotinas administrativas, informática e apoio ao atendimento ao público em órgãos parceiros, como secretarias estaduais, fóruns, tribunais e unidades escolares. A elegibilidade envolve, entre outros critérios, estar cursando o ensino fundamental ou médio (ou

ter concluído o ensino médio), ter entre 14 e 15 anos na data prevista em edital, comprovar vulnerabilidade econômico-social, estudar na rede pública (ou ser bolsista integral) e ter família inscrita no Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico), exigência formalizada na etapa de contratação.

Além das regras gerais, há reserva de vagas para pessoas com deficiência (PCD), sem limite máximo de idade, e prioridade para adolescentes de grupos tradicionais, como indígenas, quilombolas, ciganos e afrodescendentes, integrantes de famílias com mulher vítima de violência doméstica, jovens em medidas socioeducativas ou de proteção e adolescentes órfãos em decorrência da pan-



demia de Covid-19. Os aprendizes recebem remuneração e garantias trabalhistas previstas, com salário de R\$ 761,55 e, ainda, férias, 13º, FGTS, vale alimentação de R\$ 150,00, vale transporte, seguro de vida e uniforme, reforçando a permanência na escola ao mesmo tempo em que abre a primeira experiência profissional.



Primeiro emprego com proteção: salário de R\$ 761,55 + férias, 13º, vale-alimentação (R\$ 150), vale-transporte e seguro de vida.



Formação na prática: atuação em órgãos públicos parceiros, com tarefas de apoio administrativo e informática, conectando escola, rotina de trabalho e cidadania



+ 16 mil
jovens inseridos
no mercado de
trabalho.



R\$ 422,8
milhões investidos
desde 2021



Foco
em vulnerabilidade:
exige CadÚnico e
prioriza públicos com
maior risco social; inclui
cota para PCD

“
EU ACHO INCRÍVEL TER
CONTATO COM O PÚBLICO,
CONHECER PESSOAS NOVAS.
E VER QUE EU CONSIGO
CONQUISTAR AS MINHAS COISAS.
SABER QUE EU POSSO OLHAR
ALGUMA COISA NA LOJA E QUE
COM O MEU TRABALHO E EU VOU
CONSEGUIR COMPRAR UM DIA.

”

-Sara Vitória



10

AUXÍLIO ÁGUA
E ENERGIA



AUXÍLIO ÁGUA E ENERGIA

Entidades filantrópicas compõem uma linha de frente complementar ao Estado no acolhimento e no cuidado, sustentando serviços continuados a públicos em alta vulnerabilidade. Para preservar a capacidade de atendimento dessas instituições, o Governo de Goiás mantém o Auxílio Água e Energia, iniciativa vinculada ao Goiás Social que reduz o peso de despesas operacionais básicas e protege a continuidade de asilos, casas de acolhimento, hospitais e santas casas.

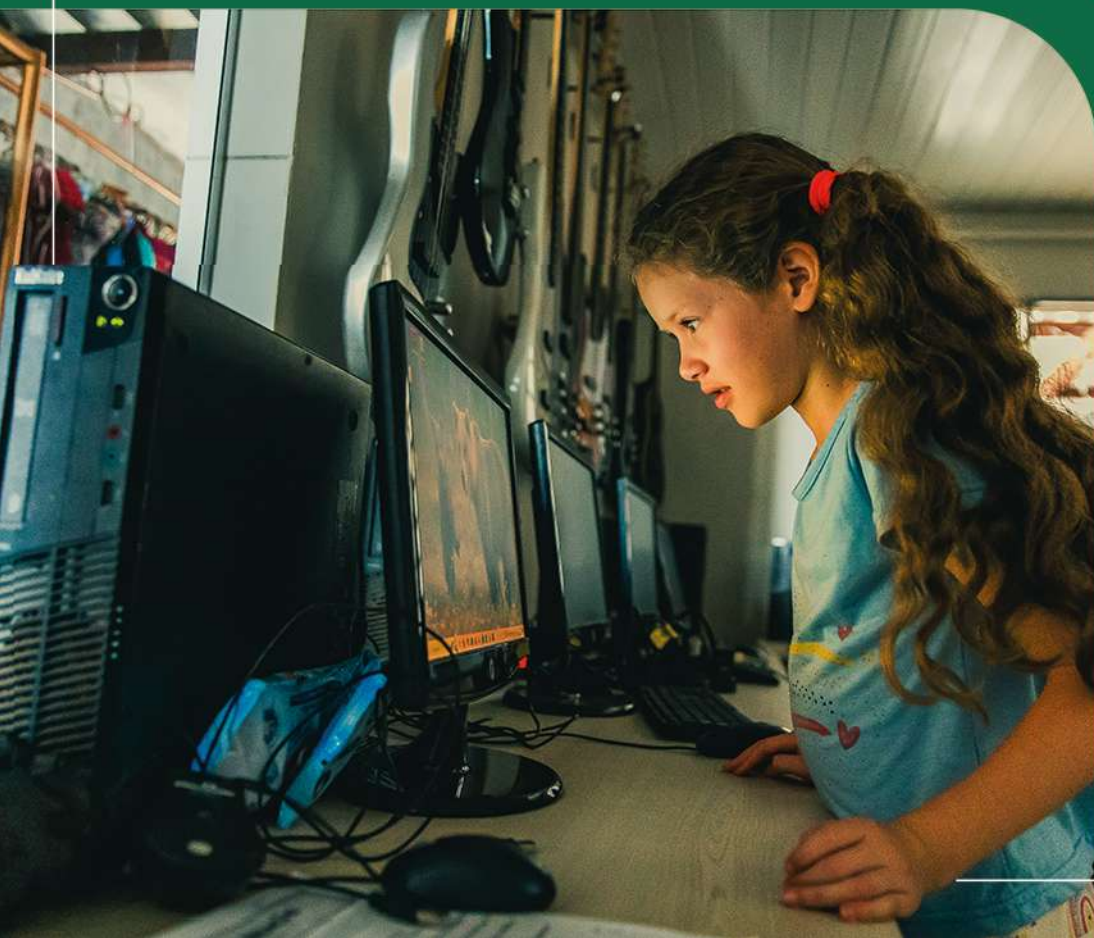
Dessa forma, o programa subsidia custos de energia elétrica, água tratada e coleta e tra-

tamento de esgoto, por meio de instrumentos firmados pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (Seds) junto às concessionárias e às entidades habilitadas. O público contemplado é formado por entidades privadas sem fins lucrativos que atendem crianças e adolescentes, pessoas idosas, pessoas com deficiência, dependentes de substâncias psicoativas, doentes crônicos, vítimas de queimaduras e outras pessoas em situação de vulnerabilidade.

Atualmente, o Auxílio Água e Energia beneficia cerca de 500 entidades filantrópicas cadastra-



das com custeio realizado exclusivamente com recursos do Tesouro Estadual, por meio do Fundo de Proteção Social do Estado de Goiás (Fundo Protege).



A adesão ocorre por chamamento público anual conduzido pela Seds, com exigência de documentação e proposta técnica, reforçando critérios e transparência na seleção.



Impacto direto: cerca de 500 entidades filantrópicas com suporte para manter serviços essenciais funcionando



Investimento de **R\$ 220,5 milhões** aplicados desde 2019 para assegurar a continuidade do cuidado prestado pelo terceiro setor



Auxílio cobre contas de energia, água e esgoto, com custeio via Fundo Protege



11

AUXÍLIO
NUTRICIONAL



AUXÍLIO NUTRICIONAL

Garantir padrão mínimo de alimentação em serviços de acolhimento exige previsibilidade financeira, sobretudo em instituições que atendem continuamente pessoas em vulnerabilidade. Nessa frente, o Auxílio Nutricional integra o conjunto de ações do Goiás Social e assegura repasse mensal para complementação alimentar em entidades filantrópicas que mantêm atendimento regular a crianças, adolescentes, pessoas idosas e outros públicos em risco social.

Em outubro de 2025, o Governo de Goiás anunciou reajuste do repasse: as 446 instituições cadastradas passaram a receber R\$ 2,50 por pessoa/mês (antes, R\$ 2), ampliando a capacidade de manter refeições com qualidade para um público estimado em cerca de 40 mil pessoas atendidas mensalmente. Além do repasse, a Seds monitora e fiscaliza a aplicação dos recursos, reforçando controle e efetividade na execução.

O programa é custeado com recursos do Tesouro Estadual, por meio do Fundo de Proteção Social do Estado de Goiás (Fundo Protege), e a adesão ocorre via chamamento público anual conduzido pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (Seds).



Rede sustentada: 444 instituições atendidas em todo o estado

Alcance direto: alimentação complementar para cerca de 40 mil pessoas por mês, com fiscalização da Seds.



R\$ 95,4 milhões investidos desde 2019 para a complementação alimentar de entidades filantrópicas

“

ENTIDADES FILANTRÓPICAS COMO A ADFEGO TÊM NESSES DOIS AUXÍLIOS O EQUIVALENTE A MAIS DE 60% DO CUSTO DE ALIMENTAÇÃO E PARA TER CONDIÇÕES DE OFERTAR MELHOR QUALIDADE DE VIDA AO NOSSO PÚBLICO.

”

-Clara Carvalho (Adfego)





12

COFINANCIAMENTO
ESTADUAL

COFINANCIAMENTO ESTADUAL

A transferência fundo a fundo garante previsibilidade ao custeio da assistência social nos municípios e ajuda a evitar a descontinuidade dos serviços por restrições orçamentárias locais. Em Goiás, o Cofinanciamento Estadual da Assistência Social reforçou, em 2025, a rede de atendimento de 235 municípios, com repasse de R\$ 38,6 milhões do Governo de Goiás.

A política foi instituída pela Lei nº 21.811, de 14 de março de 2023, que define o cálculo anual com base no número de famílias registradas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico) e em serviços e equipamentos tipificados por município. A norma prevê valores referenciais de até R\$ 2,50 mensais por família cadastrada no CadÚnico, com piso mínimo de R\$ 6.000 mensais para municípios que não atinjam esse patamar pelo critério populacional. A vigência para 2024 foi prorrogada pelo Decreto nº 10.378, de 27 de dezembro de 2023, e a operacionalização de 2024 passou a adotar pagamento unificado na conta “Cofinancia-

mento Estadual”, conforme Portaria Seds nº 037/2024.

Os recursos podem ser aplicados em investimento e custeio de equipes, ações e serviços de Proteção Social Básica, Proteção Social Especial (PSE) (média e alta complexidades), benefícios eventuais, vigilância socioassistencial e demais áreas de gestão, com possibilidade de reprogramação de saldos de exercícios anteriores. Para receber integralmente o repasse, o município deve comprovar a execução de ao menos 70% da última transferência, e a prestação de contas ocorre em sistema próprio, com plano de ação e demonstrativos físico-financeiros submetidos à apreciação do conselho municipal.



Fundo a fundo com escala estadual: R\$ 101,6 milhões repassados aos municípios entre 2021 e 2025.



Critério de eficiência: repasse integral condicionado à execução mínima de 70% do recurso anterior, reforçando a continuidade e responsabilidade na aplicação





13

PASSE LIVRE
ESTUDANTIL

PASSE LIVRE ESTUDANTIL

O Governo de Goiás mantém o Passe Livre Estudantil (PLE) como instrumento de mobilidade associado ao direito à educação, garantindo que o custo do transporte não se converta em fator de interrupção dos estudos. A iniciativa sustenta a permanência escolar ao assegurar deslocamento gratuito para estudantes regularmente cadastrados, especialmente em etapas formativas em que a evasão tende a ser pressionada por restrições financeiras.

O benefício prevê até 48 viagens gratuitas por mês, creditadas de forma não cumulativa e renovadas no primeiro dia útil do mês, conforme o calendário escolar das instituições. A mecânica padronizada do programa dá previsibilidade ao estudante e organiza o deslocamento cotidiano entre residência e unidade de ensino,

com foco na continuidade da frequência e no acesso regular às atividades acadêmicas.

Em 2025, o PLE atendeu mais de 85 mil estudantes. Desde 2019, o investimento informado soma R\$ 323,4 milhões, consolidando a política como uma frente de apoio à permanência estudantil e de democratização do acesso à educação técnica e superior nos municípios contemplados.

Garantia concreta:
48 viagens
gratuitas por mês



85 mil estudantes
beneficiados



Investimento continuado:

R\$ 323,4 milhões
desde 2019 para reduzir evasão

“

EU UTILIZO O PASSE LIVRE ESTUDANTIL PARA ME DESLOCAR DA MINHA CASA ATÉ A FACULDADE. ESSE BENEFÍCIO DO GOIÁS SOCIAL É MUITO IMPORTANTE POIS ME AJUDA A ECONOMIZAR UM DINHEIRO NO FINAL DO MÊS E ELE É MARAVILHOSO

”

-Amy Lee



REGISTRO CIVIL

O acesso a benefícios, serviços e cadastros públicos pressupõe, muitas vezes, uma condição elementar: a documentação civil regular. Nesse eixo, a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (Seds) atuou para viabilizar quase 19 mil encaminhamentos relacionados à emissão de documentação básica desde 2019, com isenção de custos para pessoas em situação de vulnerabilidade, incluindo populações



quilombolas, indígenas e pessoas em situação de rua. Garantir documentação pessoal é o primeiro passo para garantir dignidade.

A operacionalização ocorre pela Superintendência de Direitos Humanos, por meio da Gerência de Garantia de Direitos, que solicita aos cartórios a segunda via de certidões de nascimento, casamento ou óbito. O requerimento pode ser feito na sede da Seds, em Goiânia, e também em ações itinerantes do Governo, como edições do Goiás Social. Quando não há nenhum documento que permita localizar o assen-

tamento do registro, a Seds encaminha o caso à Defensoria Pública do Estado, garantindo continuidade do atendimento.

A secretaria também integra mobilizações interinstitucionais, como a Semana Nacional do Registro Civil (Registre-se), com atendimentos voltados à população em maior vulnerabilidade e articulação com cartórios e órgãos parceiros. Essa atuação combina regularização documental, orientação e acesso a serviços, reforçando o papel da documentação como medida concreta de dignidade e porta de entrada para a cidadania.



Mais de 18 mil encaminhamentos para documentação básica desde 2019



Isenção de custos para públicos em maior vulnerabilidade, incluindo quilombolas, indígenas e população em situação de rua



Efeito direto: documento regular como chave de acesso a benefícios, cadastros e serviços essenciais



**ME RESPEITA,
UAI!**

**O CALOR PASSA,
O RESPEITO FICA.**

**TODOS POR ELAS NO COMBATE
À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER.**

**Goiás
social
GOIÁS**

15

**PROTOCOLO
TODOS POR ELAS**



PROTOCOLO TODOS POR ELAS

O Protocolo Todos Por Elas foi instituído em 2023 pelo Governo de Goiás, por meio da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (Seds), como estratégia de prevenção ao assédio e à violência contra mulheres e meninas

em espaços de convivência e entretenimento. A iniciativa estrutura campanhas permanentes de conscientização e incentiva a adoção, por estabelecimentos públicos e privados, de um fluxo padronizado de acolhimento, proteção e encaminhamento para denúncia, com atuação integrada à Rede de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres.

A execução combina mobilização social e orientação prática. Equipes do Goiás Social realizam ações educativas em terminais de ônibus, eventos, bares, restaurantes e outros pontos de grande circulação, com distribuição de materiais, escuta e encaminhamento, além de campanhas digitais replicadas pelos parceiros. O protocolo também prevê instruções aos funcionários dos

estabelecimentos para acolher pedidos de ajuda e acionar os canais adequados, reduzindo o risco de revitimização e ampliando a capacidade de resposta nos momentos críticos.

A política se apoia em articulação interinstitucional e com o setor produtivo, envolvendo entidades como Associação Brasileira de Bares e Restaurantes (Abrasel-GO), Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (Fecomércio-GO) e Associação Comercial, Industrial e Serviços de Goiás (Acieg), além de órgãos do sistema de justiça e segurança e instâncias de participação social. O objetivo é consolidar ambientes de lazer e trabalho em que a regra seja clara: prevenção, acolhimento e responsabilização, com o pacto público de “não calar, denunciar e salvar vidas”.



Ambientes de lazer e convivência com protocolo de acolhimento

Orientação a estabelecimentos para acolher, proteger e encaminhar a denúncia, em fluxo padronizado

Aliança estratégica: rede ampla com setor de bares e eventos e forças de segurança





dignidade
MENSTRUAL

Goiás
social

GOIÁS
GOVERNADOR DE MINISTÉRIO DA SAÚDE

16

DIGNIDADE
MENSTRUAL



DIGNIDADE MENSTRUAL

A garantia de saúde menstrual integra o conjunto de medidas necessárias para permanência escolar, proteção da saúde e enfrentamento de vulnerabilidades. Nessa linha, o Governo de Goiás instituiu o Programa Goiano de Dignidade Menstrual, voltado à distribuição gratuita de absorventes higiênicos e à promoção de ações de orientação, assegurando que a falta de um item básico não interrompa rotinas de estudo, trabalho e acolhimento.

Instituído pela Lei nº 21.163, de 16 de novembro de 2021, o programa é gerenciado pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (Seds) e opera em parceria com a Secretaria de Estado da Educação (Seduc), com entrega direcionada a estudantes e mulheres em situação de vulnerabilidade. Na execução da Seds, os absorventes chegam a municípios que aderiram ao Pacto Goiano pelo Fim da Violência contra as Mulheres, a instituições filantrópicas que atendem mulheres, a mulheres em situação de rua, comunidades tradicionais e a ações itinerantes do Governo, como edições do Goiás Social e iniciativas de atendimento em rede.

O alcance acumulado é expressivo: cerca de 216 mil pessoas já receberam absorventes gratuitamente, com média de cinco mil mulheres atendi-

das por mês, incluindo público em extrema pobreza, abrigos, centros de atendimento social, rede pública de ensino e sistema socioeducativo. A política responde a um ponto concreto da vida cotidiana, com efeito direto na presença escolar e na proteção da dignidade de adolescentes e mulheres.



Mais de 216 mil adolescentes e mulheres atendidas com absorventes gratuitos



Saúde menstrual como direito e política pública.





inttegra
CARD

Goiás
POR
elas

Goiás
social

17

GOIÁS
POR ELAS

GOIÁS POR ELAS

O Goiás Por Elas integra a política de proteção social do estado voltada ao enfrentamento da violência doméstica, com foco em apoiar mulheres com medida protetiva de urgência ativa e em situação de vulnerabilidade. Executado no âmbito do Goiás Social pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (Seds), o programa organiza uma resposta prática para um ponto crítico do rompimento do ciclo de violência: a necessidade de renda imediata para recompor segurança e autonomia.

O benefício prevê transferência de R\$ 300 mensais, por até 12 meses, destinada a mulheres residentes em Goiás, com Cadastro Único

para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico) atualizado e enquadramento em pobreza, extrema pobreza ou baixa renda (até meio salário-mínimo por pessoa). Não há inscrição direta: a seleção ocorre a partir do envio das medidas protetivas por instituições parceiras e do cruzamento de dados com o CadÚnico, e a Seds realiza o contato com as beneficiárias para orientar a liberação do cartão e a entrega do benefício.

Além do repasse, o Goiás Por Elas funciona como porta de acesso a outras políticas estaduais e de parceiros, com prioridade para encaminhamentos que ampliem proteção e reconstrução de vida, como programas habitacionais e ações de qualificação e inserção no trabalho. O alcance informado do programa registra 8.135 mulheres apoiadas financeiramente, consolidando o estado como suporte objetivo para que a decisão de sair da violência não dependa, exclusivamente, de recursos inexistentes no momento de maior risco.



+8 mil mulheres com medida protetiva apoiadas financeiramente



Repasse de **R\$ 300** por mês, por até 12 meses, para mulheres em vulnerabilidade com CadÚnico e medida protetiva ativa



Renda imediata para apoiar o rompimento do ciclo de violência e abrir caminho para autonomia

“**CHEGOU EM UM MOMENTO MUITO ESPECÍFICO, QUE EU REALMENTE ESTAVA PRECISANDO, QUE EU ESTAVA SEM VERBA, SEM CONDIÇÕES DE MANTER O MEU TRABALHO DE FAZER DOCES, SALGADOS. O GOIÁS POR ELAS CHEGOU EM UM MOMENTO CERTO, OS R\$ 300 MULTIPLICARAM. CONSEGUI PAGAR AS DÍVIDAS E CONSEGUI COMPRAR COISAS PARA MIM.**”

-Maria Gabriela (nome fictício)



CESTAS BÁSICAS

A distribuição de cestas básicas integra a resposta emergencial do estado para situações de insegurança alimentar, com atuação em todos os municípios e foco em famílias em vulnerabilidade social, especialmente em cenários de crise, calamidade ou eventos climáticos extremos. No âmbito do Goiás Social, a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (Seds) estrutura a aquisição e o

repasso das cestas, articulando a execução com redes municipais e instituições parceiras.

Desde 2020, foram distribuídas mais de 1,5 milhão de cestas básicas, com investimento de R\$ 143,8 milhões, garantindo atendimento rápido a públicos diretamente afetados por perda de renda e agravamento das condições de vida. Em 2020, durante a pandemia de Covid-19, o volume superou 900 mil cestas entregues nos 246 municípios, consolidando a ação como eixo de segurança alimentar em momentos críticos.

A operacionalização ocorre por meio de parcerias com a Organização das Voluntárias de Goiás (OVG), prefeituras e a rede socioassistencial local, que recebe as demandas e orienta o acesso ao benefício. Famílias que necessitam do apoio podem buscar as unidades de assistência social do próprio município, que realizam o atendimento e o encaminhamento conforme os fluxos locais e os critérios de vulnerabilidade.



+1,5 milhão
de cestas básicas
distribuídas desde
2020



Investimento de
R\$ 143
milhões
aplicados em segurança
alimentar emergencial

18 CESTAS BÁSICAS

APOIO ÀS COMUNIDADES QUILOMBOLAS

A atuação junto a comunidades quilombolas integra a agenda de proteção social do estado com recorte territorial e cultural, assegurando acesso a direitos sem desconsiderar modos de vida e dinâmicas próprias dessas populações. Em Goiás, o atendimento se organiza por meio de ações do Goiás Social e da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (Seds), com presença em



mutirões e frentes específicas. A Seds realizou o Mapeamento das Comunidades Quilombolas, levantamento que identificou as 82 comunidades e inúmeras localidades quilombolas em todo o estado.

As iniciativas combinam atendimento direto e respostas emergenciais. Em situações de maior risco, como períodos de chuvas intensas e possibilidade de isolamento, o estado aciona operações de apoio para garantir segurança alimentar e assistência imediata. Em 2025, a Operação Goiás Alerta e Solidário distribuiu cerca de 1,5 mil cestas básicas a famílias quilombolas, alcançando nove comunidades em sete municípios, como medida de proteção em contexto de vulnerabilidade agravada.

No eixo emancipatório, a Seds também desenvolve ações vol-

tadas à autonomia produtiva e geração de renda. Em parceria com o Sebrae, o Governo de Goiás promove o curso Aprendendo a Empreender Social, com capacitação em gestão e empreendedorismo e possibilidade de acesso ao Crédito Social de até R\$ 5 mil.

“**QUERO AGRADECER PELA DOAÇÃO DE 200 CESTAS BÁSICAS E 180 BRINQUEDOS QUE FIZERAM A DIFERENÇA E ALEGRIA DA NOSSA COMUNIDADE. AGRADECER TAMBÉM PELO CRÉDITO SOCIAL QUE ESTÁ TRANSFORMANDO A VIDA DOS NOSSOS JOVENS BENEFICIADOS. NADA DISSO SERIA POSSÍVEL SEM A PARCERIA FORTE DO ESTADO DE GOIÁS, JUNTO AOS MUNICÍPIOS.**”

-Suely Rodrigues, de Silvânia



Atuação com foco nas 82 comunidades quilombolas de Goiás



Resposta emergencial: 1,5 mil cestas básicas entregues em 2024 a famílias quilombolas, em ação de apoio diante de risco de isolamento por chuvas



Autonomia econômica: capacitação com o Sebrae para 210 participantes e acesso a Crédito Social de até R\$ 5 mil

19

APOIO ÀS COMUNIDADES
QUILOMBOLAS



20

DIGNIDADE

DIGNIDADE

O Programa Dignidade atende um recorte específico de vulnerabilidade na política de proteção social: pessoas idosas entre 60 e 64 anos que ainda não acessaram aposentadoria e se encontram em situação de pobreza ou extrema pobreza. A iniciativa organiza um suporte mensal para reduzir a insegurança de renda nesse intervalo etário, com foco em estabilidade mínima

para despesas essenciais.

O benefício prevê R\$ 300 mensais para pessoas com idade entre 60 anos e 64 anos, 11 meses e 29 dias, residentes em Goiás e inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico). Não há inscrição: a seleção ocorre por cruzamento de dados, o que torna a atualização do CadÚnico a condição central para elegibilidade, procedimento realizado nos Centros de Referência de Assistência Social (Cras) de cada município.

Com 7.244 pessoas atendidas desde 2023 e R\$ 15,1 milhões aplicados, o Dignidade consolida

uma resposta objetiva para um período de transição que tende a concentrar fragilidades, especialmente entre idosos sem proteção previdenciária imediata. Ao assegurar renda mensal, a política contribui para preservar autonomia, reduzir exposição a riscos sociais e sustentar condições mínimas de cuidado e bem-estar.

“**ESSE BENEFÍCIO É BOM DE MAIS PARA A GENTE. É UMA GRANDE AJUDA PARA COMPRAR NOSSOS REMÉDIOS, O GÁS PARA CASA E DÁ PARA COMPRAR COMIDA TAMBÉM.**”

-Cícero Alves



Público atendido: idosos de 60 a 64 anos em pobreza ou extrema pobreza

Benefício de R\$ 300 por mês para atravessar o intervalo sem aposentadoria



Total de 7.244 beneficiários e investimento de R\$ 15,1 milhões aplicados



DIGNIDADE NA RUA

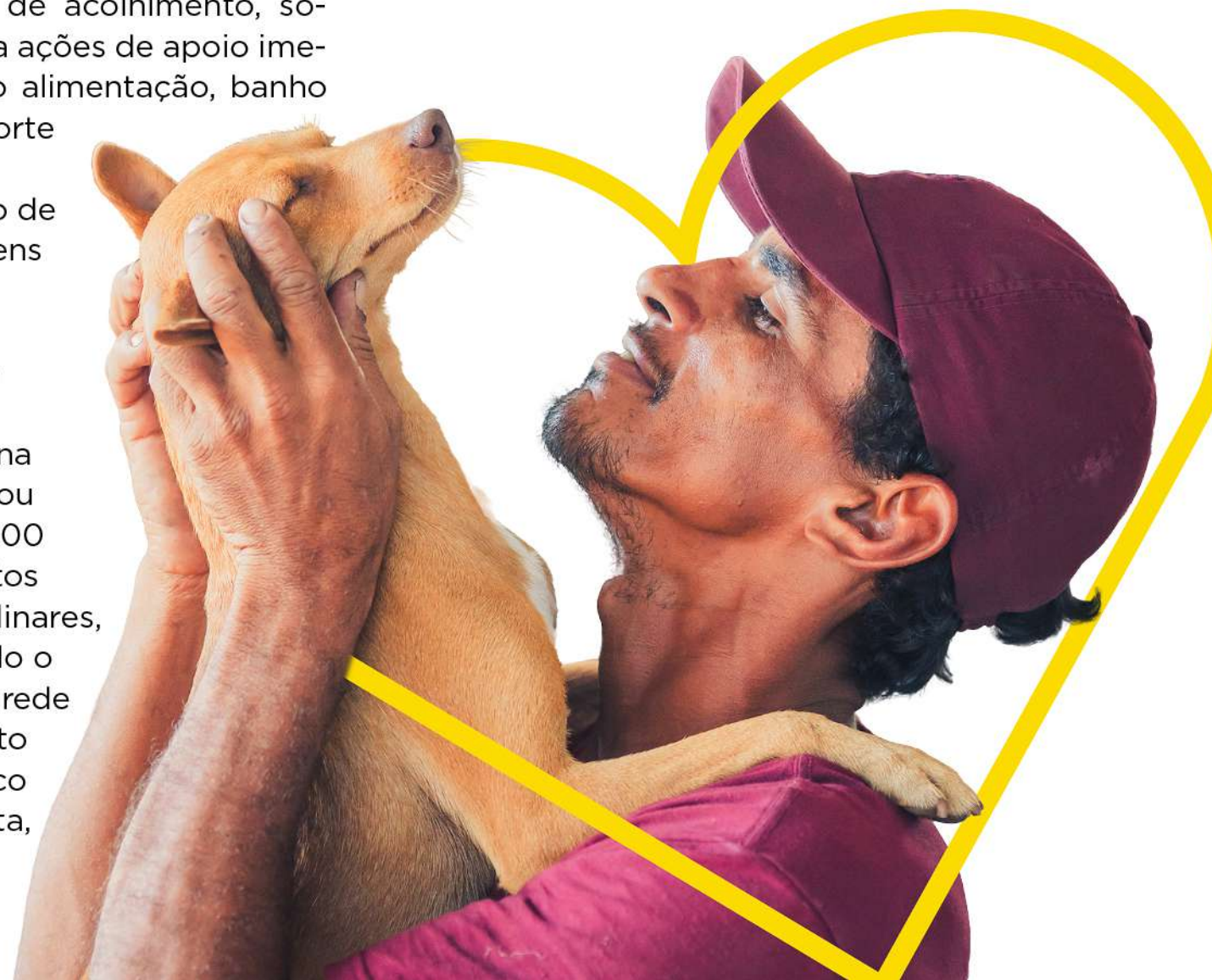
A atenção à população em situação de rua demanda respostas integradas e presença no território, com acesso facilitado a serviços que, fora desse formato, costumam exigir múltiplos deslocamentos e documentação prévia. Para enfrentar esse cenário, o Governo de Goiás mantém o Dignidade na Rua, ação itinerante que reúne, no mesmo local, atendimentos de assistência social, cidadania, saúde e orientação jurídica, com encaminhamentos imediatos para a rede pública e para serviços parceiros.

Executado pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (Seds), no âmbito do Goiás Social, o programa foi criado em 2022 e opera por edições, em articulação com prefeituras e instituições como o Tribunal de Justiça do Estado de Goiás (TJGO), o Ministério Público de Goiás (MPGO), a Defensoria Pública do Estado de Goiás (DPE-GO) e a Organização das Voluntárias de Goiás (OVG), além de organizações da sociedade civil. A estrutura ofertada inclui emissão e regularização de documentos, inscrição e atualização no Cadastro Único para Pro-

gramas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), atendimentos jurídicos e orientações diversas, bem como encaminhamentos para vagas de emprego, cursos e serviços de acolhimento, somando-se a ações de apoio imediato como alimentação, banho solidário, corte de cabelo, distribuição de roupas e itens de higiene.

Desde sua criação, o Dignidade na Rua registrou mais de 7.400 atendimentos multidisciplinares, fortalecendo o alcance da rede pública junto a um público que enfrenta, de forma

recorrente, barreiras de acesso e ruptura de vínculos com serviços essenciais.



Serviços concentrados em um único ponto, com documentação + CadÚnico + orientação jurídica + encaminhamentos



Mais de 7.400 atendimentos multidisciplinares realizados



Rede parceira: atuação conjunta com TJGO, MPGO, DPE-GO, OVG e prefeituras



22

DE VOLTA
PARA CASA

DE VOLTA PARA A CASA

O retorno ao convívio familiar, quando desejado pela própria pessoa, é uma das medidas mais efetivas para interromper trajetórias de rua e recompor vínculos sociais. Para viabilizar esse deslocamento com segurança e acompanhamento, o Governo de Goiás desenvolveu o programa De Volta Para Casa, iniciativa executada pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (Seds) no âmbito do Goiás Social, voltada ao retorno voluntário de migrantes e pessoas em situação de vulnerabilidade às suas cidades de origem, em outros estados.

A política garante passagem interestadual, apoio logístico e kit alimentação para a viagem, com atendimento social antes do deslocamento e orientação posterior, quando necessário, para fortalecer a reintegração familiar. O acesso é gratuito e condicionado à adesão voluntária, direcionado a pessoas em situação de rua, acolhidas em unidades de atendimento ou em vulnerabilidade social que desejem retornar ao seu local de origem e não tenham meios para isso.

Os resultados mostram escala e continuidade. Desde 2024, o programa viabilizou o retorno de 493 pessoas; em 2025, segundo a Seds, 381 delas deixaram as ruas em municípios goianos após aderirem à iniciativa. Em 2024, foram 112 reintegrações familiares registradas, com financiamento do Fundo de Proteção Social do Estado de Goiás (Protege Goiás), que já destinou mais de R\$ 305 mil desde a criação do programa.



Reintegração familiar: 493 pessoas retornaram ao estado de origem desde 2024

“

NÃO SÃO APENAS PASSAGENS PARA A GENTE, PORQUE VAMOS ESTAR DE VOLTA PARA OS BRAÇOS DA NOSSA FAMÍLIA E VAMOS PODER RECONSTRUIR NOSSA VIDA.

”

-Silvana Jesus Alves



Estado de Goiás oferece passagem interestadual + kit alimentação + acompanhamento social, com custeio do Protege Goiás

“

AGRADEÇO AO GOVERNO DE GOIÁS POR ESSA OPORTUNIDADE QUE VOCÊS ESTÃO DANDO PARA MIM E PARA OUTRAS PESSOAS. POR CONTA DESSA OPORTUNIDADE, MUITA GENTE PODERÁ SAIR DA RUA, CONSTRUIR FAMÍLIA, TER RESPONSABILIDADE E VOLTAR A SER UMA PESSOA DIGNA.

”

-Marcos Danilo

FAMÍLIA ACOLHEDORA

A proteção de crianças e adolescentes afastados temporariamente do convívio familiar exige alternativas que priorizem cuidado individualizado e convivência comunitária, sem substituir, de imediato, os vínculos de origem. Nesse contexto, o Família Acolhedora Goiana organiza o acolhimento em lares previamente cadastrados e acompanhados, como medida protetiva determinada pelo Poder Judiciário, oferecendo um ambiente doméstico enquanto se constrói uma solução definitiva e segura.

O programa integra o Goiás Social e foi implementado em Goiás pela Lei Estadual nº 21.809/2023. A execução é municipal, com famílias voluntárias selecionadas e capacitadas, sob acompanhamento técnico, com apoio e orientação da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (Seds). Trata-se de acolhimento temporário para crianças e adolescentes de 0 a 18 anos incompletos, com permanência definida pela Justiça, e com previsão de

um salário mínimo como apoio à família acolhedora durante o período do acolhimento.

É importante registrar que o serviço não é adoção. O objetivo é proteger a criança ou adolescente até que seja possível a reintegração familiar em condições adequadas ou, quando isso não se viabiliza, o encaminhamento para adoção, conforme os fluxos legais. O acolhimento familiar está previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) como modalidade de proteção que busca reduzir efeitos negativos de institucionalização prolongada e assegurar cuidado mais próximo e personalizado.



Garantia de acolhimento temporário em residência, com 1 salário mínimo de apoio à família acolhedora

Público: crianças e adolescentes de 0 a 18 anos incompletos, afastados de seus lares por medida protetiva judicial

23

FAMÍLIA ACOLHEDORA



24

PASSE LIVRE DA PESSOA
COM DEFICIÊNCIA



PASSE LIVRE DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

O deslocamento intermunicipal costuma ser condição para acesso contínuo a tratamentos de saúde, reabilitação, serviços especializados e manutenção de vínculos familiares. Para reduzir esse obstáculo, o Governo de Goiás assegura o Passe Livre Intermunicipal da Pessoa com Deficiência, benefício do Goiás Social que garante gratuida-

de em viagens de ônibus entre municípios goianos, ampliando autonomia e inclusão.

O documento é emitido para pessoas com deficiência residentes em Goiás, com renda de até um salário mínimo por pessoa da família, mediante apresentação de laudo médico (validade de um ano) e comprovação de inscrição no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico). Quando houver necessidade de acompanhante atestada em laudo, o benefício contempla a condição, com exigência de documentação correspondente.

A solicitação pode ser encaminhada por intermédio do Centro de Referência de Assistência Social (Cras) do município, com formulários e documentação exigida, ou realizada

presencialmente na Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (Seds), em Goiânia. Ao viabilizar mobilidade sem custo, a medida reduz barreiras financeiras que, na prática, podem interromper cuidados continuados e dificultar o acesso regular a serviços essenciais.



-Mais de 23 mil beneficiários com mobilidade intermunicipal gratuita

-Gratuidade em linhas intermunicipais de ônibus em Goiás para pessoa com deficiência e baixa renda

-Acesso mais contínuo a tratamentos e serviços especializados sem ônus do deslocamento

“

EU FIZ O PASSE LIVRE DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA DO MEU FILHO E AJUDA MUITO NO COTIDIANO, PORQUE ELE FAZ TRATAMENTO FORA DA CIDADE. E QUALQUER MÃE QUE TEM CRIANÇA COM ALGUM TIPO DE DEFICIÊNCIA E MORE EM GOIÁS, EU RECOMENDO A FAZER TAMBÉM.”

”

-Aline Gomes



25

PASSAPORTE DA
PESSOA IDOSA



PASSAPORTE DA PESSOA IDOSA

O acesso à mobilidade intermunicipal é parte relevante do envelhecimento ativo, por permitir deslocamentos para cuidados de saúde, convivência familiar e participação em atividades culturais e de lazer. O Governo de Goiás assegura esse direito com o Passaporte da Pessoa Idosa, benefício do Goiás Social que garante gratuidade em viagens de ônibus entre municípios para pessoas com 60

anos ou mais, dentro dos critérios estabelecidos.

De acordo com o programa, o sistema rodoviário intermunicipal deve reservar duas vagas gratuitas por viagem, e cada beneficiário pode utilizar até quatro viagens gratuitas por mês. Para emissão, é necessário residir em Goiás e comprovar renda familiar mensal de até três salários mínimos.

Com o documento e o Registro Geral (RG), a pessoa idosa pode retirar o bilhete respeitando prazos definidos: até cinco horas de antecedência para viagens de até 500 quilômetros e até 12 horas para distâncias superiores. Desde 2019, foram emitidos 80.101 passaportes, ampliando o acesso a deslocamentos regulares sem custo e fortalecendo a autonomia da população idosa no estado.



+ 80 mil passaportes emitidos desde 2019



Direito assegurado: duas vagas gratuitas por viagem e até quatro viagens gratuitas por mês no transporte intermunicipal.

“**EU VIM FAZER MEU PASSAPORTE DA PESSOA IDOSA PARA EU VIAJAR PARA SÃO LUÍS DE MONTES BELOS, MINHA TERRA NATAL. FOI ÓTIMO E FICOU PRONTO NA HORA.**”



-Noel Martins



CASA DA PESSOA IDOSA

A Casa da Pessoa Idosa conta com 24 unidades habitacionais, mobiliadas, com cerca de 50m² cada, integradas com sala de estar, cozinha, área de serviços e suíte. Foram planejadas com acessibilidade e de forma a facilitar o fluxo dos usuários

e servidores do local no cuidado do dia a dia.

Localizada na Vila Mutirão, em Goiânia, a unidade funcio-

na como Casa Lar e Centro de Convivência, com área administrativa completa para os colaboradores e espaços de atividades gerais à pessoa idosa. A estrutura é composta por sala de artesanato e terapia ocupacional, salão de festas, refeitório, salas de atendimento de enfermagem, fisioterapia e educação física, academia com equipamentos para a prática de pilates, além de uma piscina aquecida para hidroginástica e natação e sistema de segurança moderno.

Realizada pela Seds, em parceria com a Agência Goiana de Infraestrutura e Transportes

(Goinfra), a obra foi entregue em 8 de julho de 2025, passou a ser administrada pela Organização das Voluntárias de Goiás (OVG) e recebeu o nome de Espaço Bem Viver III. Ao todo, tem capacidade para 300 atendimentos mensais e pode acolher até 48 pessoas idosas, seguindo os padrões de acessibilidade necessários.



Acolhimento e incentivo ao bem-estar de pessoas idosas

Mais de 300 atendimentos mensais e 24 unidades habitacionais

26

CASA DA PESSOA IDOSA

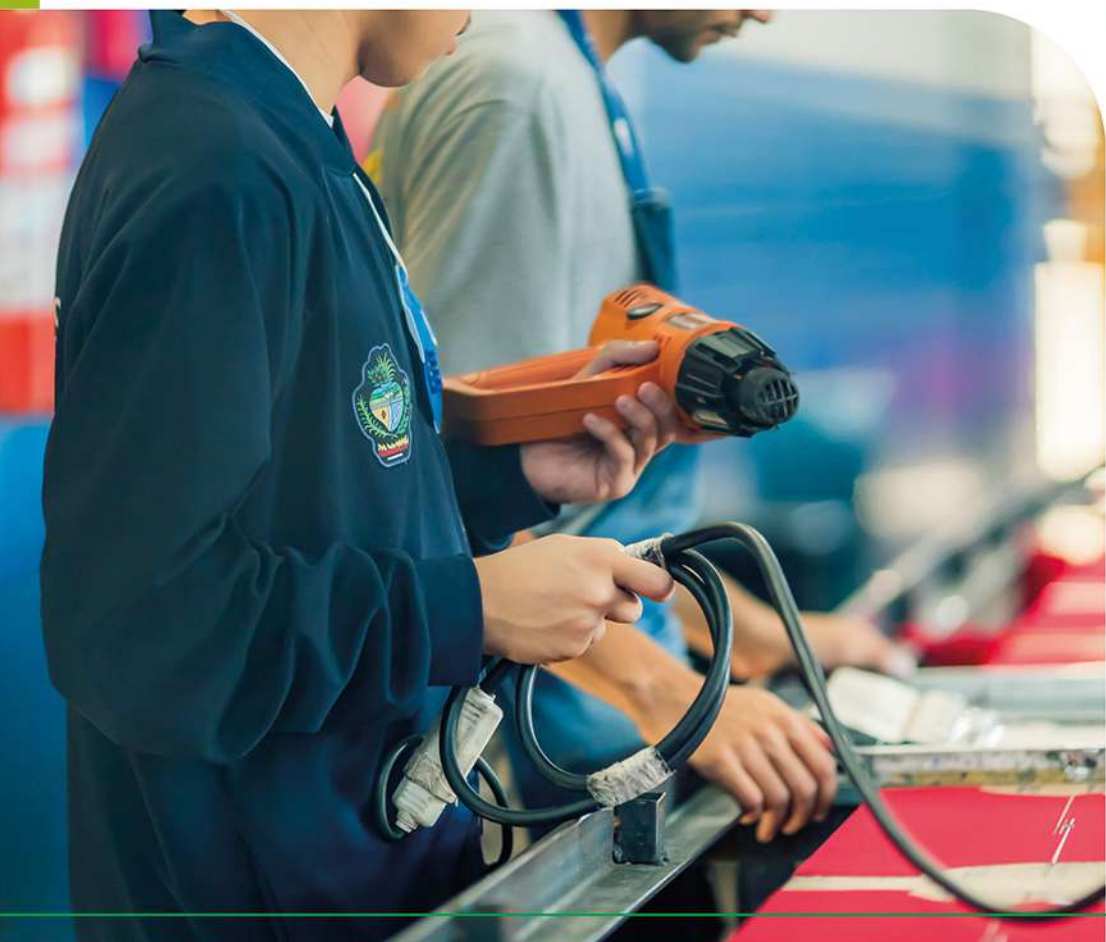


27

SOCIOEDUCATIVO

SOCIOEDUCATIVO

A política socioeducativa exige estrutura, padronização e intencionalidade pedagógica para que a responsabilização do adolescente não se limite à privação de liberdade. Em Goiás, esse campo inte-



gra o Goiás Social e é conduzido pela Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social (Seds), com base no Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase) e no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que definem medidas, garantias e a obrigatoriedade de atividades pedagógicas durante o cumprimento das sanções.

Um marco recente foi a Lei Estadual nº 23.984, de 23 de dezembro de 2025, que regionalizou oficialmente os Centros de Atendimento Socioeducativo, estabelecendo a organização do atendimento por comarcas polo para abarcar municípios de cada região. A medida, idealizada pela Seds, se apoia em estudos técnicos voltados a otimizar vagas, equilibrar a distribuição territorial da demanda, reduzir deslocamentos e aprimorar eficiência administrativa, com exigência de análise atualizada de demanda,

histórico de ocupação, custo-efetividade e impacto orçamentário-financeiro, evitando a manutenção de unidades com baixa utilização projetada.

No desenho operacional, a Seds passa a disciplinar, por ato normativo, a gestão, a capacidade de atendimento e o quantitativo de vagas das unidades, com possibilidade de realocar, redimensionar ou transformar centros existentes, conforme pareceres técnicos. A legislação também instituiu o Plano Estadual de Atendimento Socioeducativo (Peas), com atualização decenal, como base de planejamento do sistema. Esse conjunto se articula ao regramento nacional do Sinase (Lei Federal nº 12.594/2012) e às medidas socioeducativas previstas no art. 112 do ECA, reafirmando o foco em atendimento integral, Plano Individual de Atendimento (PIA), fortalecimento de vínculos e qualificação para reinserção social.





Gestão com critério: implantação e manutenção condicionadas a demanda projetada, taxa de ocupação e custo-efetividade, com análise de impacto fiscal



9 unidades de Centro de Atendimento Socioeducativo Regional em todo o estado



Planejamento: criação do Peas (Plano Estadual de Atendimento Socioeducativo), atualizado a cada 10 anos, alinhado ao Sinase (Lei nº 12.594/2012) e ao ECA.



+ 3 mil certificados emitidos para jovens que concluíram cursos profissionalizantes oferecidos pelos parceiros do Governo

“
PASSEI PELO SOCIOEDUCATIVO, ESTOU ME RECUPERANDO, ESTOU TRABALHANDO, GANHANDO MEU DINHEIRINHO, FAZENDO AMIZADES NOVAS E CONHECENDO NOVAS PESSOAS. ISSO ESTÁ ME DANDO MAIS DIGNIDADE, MAIS SABEDORIA E MAIS VONTADE DE CRESCER NA EMPRESA. AGRADEÇO MUITO ÀS PESSOAS QUE ME AJUDARAM E ME DERAM ESSA OPORTUNIDADE.

-Elieel Serra



GOIÁS SEM RACISMO

O enfrentamento ao racismo exige decisão administrativa, coordenação interinstitucional e instrumentos permanentes de formação e responsabilização. Nesse horizonte, o Governo de Goiás estruturou o Pacto Goiás Sem Racismo, integrando a pauta à agenda do Goiás Social e organizando uma governança com órgãos públicos e entidades da sociedade civil para pactuar metas, monitorar resultados e qualificar práticas no serviço público e em redes parceiras.

Sob liderança da Secretaria de estado de Desenvolvimento Social (Seds), a iniciativa combina prevenção, atendimento e garantia de direitos. Entre as entregas, destacam-se a consolidação de uma rede de acolhimento a vítimas de discriminação, o fortalecimento de estruturas especializadas de apuração de crimes raciais e a produção de materiais educativos para ampliar repertório antirracista em contextos formativos.

No eixo pedagógico, o programa Goiás Sem Racismo sustenta o pacto com distribuição de cartilhas e ações de capacitação, com aplicação adaptada às realidades locais. O conjunto busca reduzir barreiras de acesso às políticas públicas para a população negra e comunidades tradicionais, além de orientar a atuação do estado frente a práticas de racismo, injúria racial e intolerância religiosa.



190 capacitações com participação de mais de 6 mil pessoas.



Fortalecimento de estruturas especializadas de atendimento e apuração de crimes raciais.



Mais de 140 mil cartilhas distribuídas para apoiar ações educativas e capacitações na rede pública.

28

GOIÁS SEM
RACISMO

CENTRO DE REFERÊNCIA ESTADUAL DA IGUALDADE (CREI)



Quando o cidadão busca ajuda após uma violência ou discriminação, faz diferença encontrar, no primeiro contato, escuta qualificada, orientação objetiva e encaminhamento imediato para a rede correta. É para cumprir essa função que o Centro de Referência Estadual da Igualdade (Crei) opera como unidade de atendimento especializada do Governo de Goiás, vinculada à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (Seds) e integrada às ações do Goiás Social.

O Crei oferece acolhimento psicológico, atendimento social e orientação jurídica, com fluxo de entrada por demanda espontânea ou por encaminhamentos da rede. O atendimento não depende de boletim de ocorrência para começar, e, nos casos em que há risco à integridade física, a equipe orienta a usuária sobre os procedimentos formais de proteção,

incluindo registro de ocorrência e solicitação de medida protetiva, além de conduzir encaminhamentos para serviços complementares conforme a necessidade identificada na triagem.

Com mais de 10 mil atendimentos especializados já realizados, o Crei se consolidou como ponto estruturante da política de proteção, reunindo escuta técnica, encaminhamento responsável e articulação com a rede pública para transformar a procura por ajuda em acesso efetivo a direitos.



Mais de 10 mil atendimentos psicológicos, sociais e jurídicos realizados



Acolhimento imediato: entrada por demanda espontânea sem exigir boletim para iniciar o suporte



Orientação para medidas protetivas e encaminhamentos integrados à rede estadual



30

MIGRANTES

MIGRANTES

O Governo de Goiás consolidou, no âmbito da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (Seds), uma agenda permanente de acolhimento e garantia de direitos para refugiados, migrantes e apátridas, articulando assistência social, regularização documental e acesso a políticas públicas. A atuação combina monitoramento estadual, protocolos de atendimento e integração com a rede socioassistencial nos municípios.

Em 2025, o Observatório Estadual de Refugiados, Migrantes e Apátridas, vinculado à Seds, registrou 12.769 imigrantes internacionais em situação de vulnerabilidade social e



com inscrição no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), distribuídos pelos 246 municípios goianos. O levantamento subsidia o 1º Plano Estadual de Políticas Públicas para Refugiados, Migrantes e Apátridas, lançado em março de 2025, que organiza diretrizes em áreas como segurança alimentar, moradia, saúde, educação e enfrentamento à xenofobia.

Para qualificar a regularização e reduzir barreiras de acesso, a Seds firmou acordo de cooperação com a Superintendência Regional da Polícia Federal em Goiás (PF/GO), com foco em encaminhamentos mais eficientes e suporte na emissão de documentos como Registro Nacional Migratório (RNM) e Carteira Nacional de Registro Migratório (CRNM), além de capacitação de servidores. A parceria estabelece a meta de ampliar em 50% os atendimentos diários a imigrantes que necessitam dos serviços da Polícia Federal no estado.



12.769 imigrantes internacionais, com presença nos 246 municípios

Plano Estadual lançado em março/2025 para organizar políticas públicas para migrantes e apátridas



Seds + PF/GO: cooperação com meta de +50% na capacidade diária de atendimento para regularização documental

+2 mil atendimentos para auxiliar no pedido de documentos.

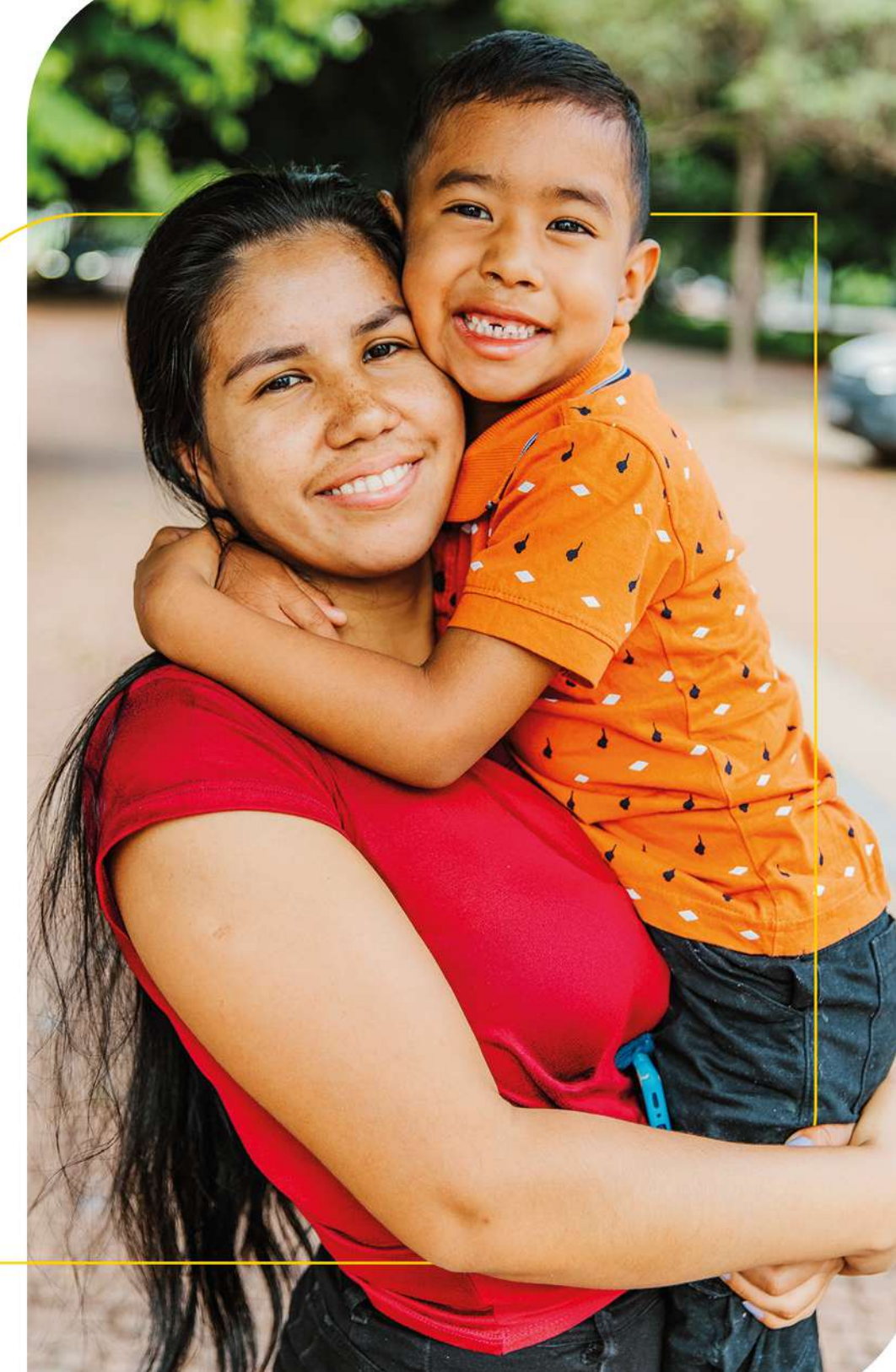


“

EU CHEGUEI AQUI EM GOIÂNIA HÁ SEIS MESES, NÃO CONHECIA NINGUÉM E NÃO SABIA QUE EXISTIA NA SEDS OS SERVIÇOS GRATUITOS PRESTADOS PARA OS IMIGRANTES, QUE É UM TRABALHO TÃO IMPORTANTE NA ORIENTAÇÃO E ENCAMINHAMENTO PARA REGULARIZAÇÃO DOS DOCUMENTOS.

”

-Eliel Serra





3

GOIÁS ALERTA
E SOLIDÁRIO

GOIÁS ALERTA E SOLIDÁRIO

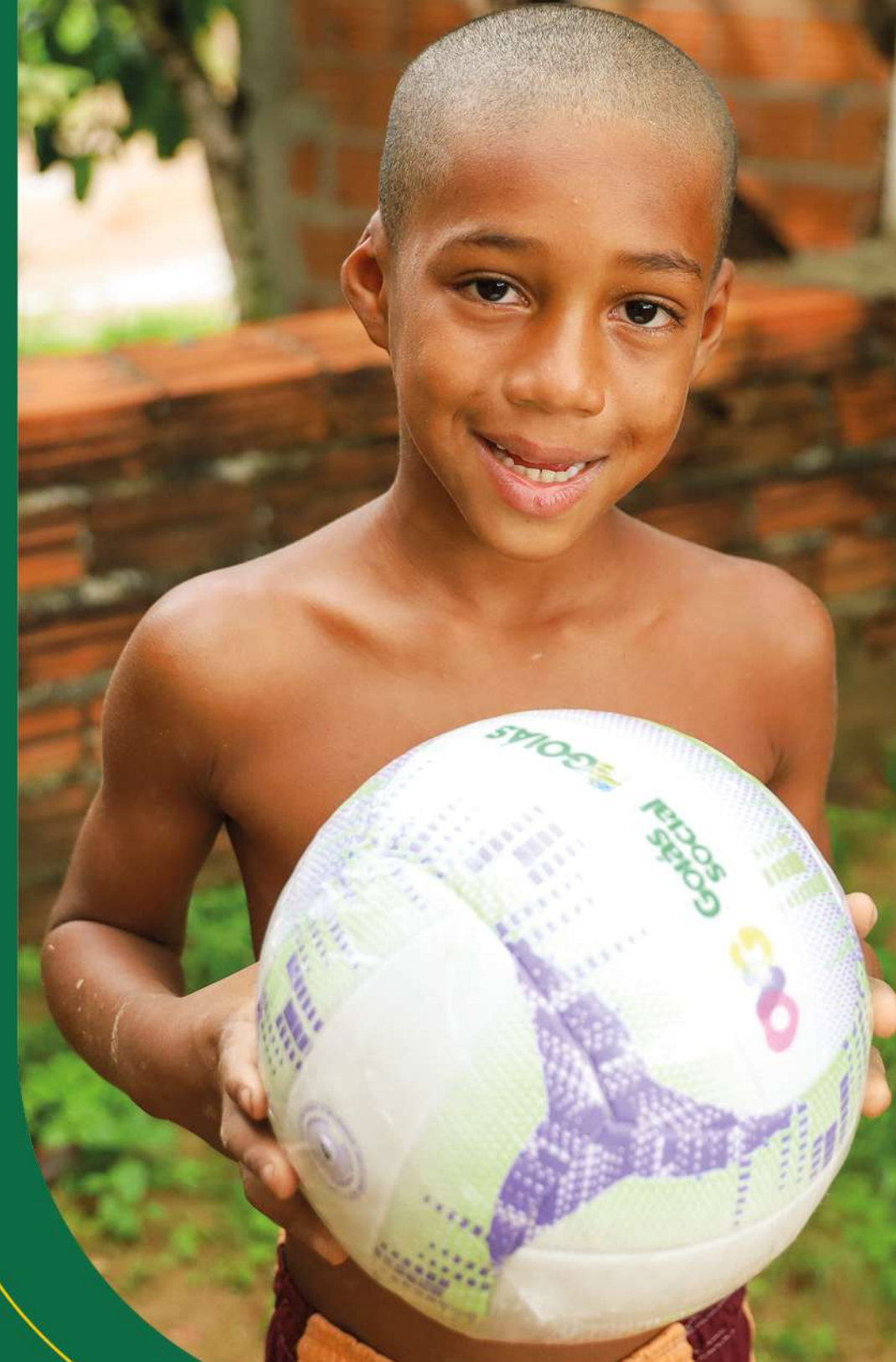
As chuvas intensas exigem planejamento público antes da emergência, com logística, estoque e articulação interinstitucional para chegar às famílias que vivem em áreas de maior risco. Com essa diretriz, o Governo de Goiás estruturou a Operação Goiás Alerta e Solidário como resposta preventiva, antecipando a entrega de benefícios e reduzindo os impactos sociais de enchentes e isolamento em períodos críticos.

Coordenada pelo Goiás Social e executada com protagonismo da Organização das Voluntárias de Goiás (OVG), a operação atua com apoio do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Goiás (CBMGO),



priorizando municípios classificados como de alto risco por fortes chuvas, com atenção especial às regiões Norte e Nordeste. De 2022 a 2025, a operação distribuiu 47.208 cestas, 20.142 brinquedos e mais de 67 mil benefícios para mais de 10 mil famílias que vivem em 70 comunidades. O pacote de entregas do Goiás Social contempla itens essenciais para a proteção imediata e cuidado cotidiano como fraldas, cobertores, colchões, cadeiras de rodas, andadores e repelentes.

Ao consolidar uma política preventiva, a iniciativa dá escala a um modelo já aplicado em anos anteriores: em 2022, ainda como Operação Nordeste Solidário, foram entregues 17.747 benefícios; em 2023 e 2024, sob o nome atual, foram distribuídos 35.780 benefícios, ampliando a capacidade estadual de antecipação e resposta social durante o período chuvoso.





Prontidão preventiva:
15.759 benefícios
programados para
1.347 famílias em
37 municípios (fase
2025/2026)



Coordenação e execução:
Goiás Social + OVG +
Seds, com apoio do
CBMGO, para ação
antecipada em áreas
de alto risco

“

É MUITO IMPORTANTE TRAZER AS CESTAS NESSA SITUAÇÃO QUE NÓS ESTAMOS, QUE É COM AS CHUVAS, É MUITO DIFÍCIL PARA GENTE IR PARA CAVALCANTE. É MUITO BOM, E AINDA TEM BRINQUEDOS PARA OS MENINOS.

”

-Francelina Pereira





32

POVOS
TRADICIONAIS

POVOS TRADICIONAIS

Garantir direitos a povos e comunidades tradicionais pressupõe reconhecer modos próprios de organização social, vínculos territoriais e formas de reprodução cultural e econômica, conforme a própria definição constitucional. Em Goiás, essa diretriz orienta a atuação do Governo do Estado, por meio da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (Seds), na articulação de políticas de cidadania, inclusão produtiva e proteção social voltadas a grupos culturalmente diferenciados.

No caso dos povos indígenas que vivem em aldeias no território goiano, a rede pública considera as especificidades de cada povo e de cada território: Avá-Canoeiro (Aldeia Jatobá, em Minaçu), Tapuia (Aldeia Carretão, em Rubiataba) e Iny/Karajá (aldeias Buridina e Bdèburè, em Aruanã). Além do acesso a serviços e documentos, as ações incorporam iniciativas de inclusão produtiva, com apoio ao artesanato e a projetos de desenvolvimento local, e também medidas de diagnóstico socioeconômico, como o mapeamento profissional de população ne-

gra e comunidades tradicionais, iniciado em 2025, para ampliar diálogo com o setor produtivo e orientar políticas de empregabilidade e geração de renda.

A Seds atua por meio de frentes complementares, com destaque para: mapeamento e acompanhamento das comunidades; assessoramento para processos de certificação e regularização fundiária quando aplicável; projetos de economia solidária e iniciativas como hortas comunitárias; apoio à rede municipal de Centro de Referência de Assistência Social (Cras); ações de documentação civil e acesso a benefícios; e articulação intersetorial com áreas como educação, saúde e segurança pública, quando necessário.



Atuação com os três povos indígenas aldeados Avá-Canoeiro (Minaçu), Tapuia (Rubiataba) e Iny (Aruanã).

Renda e trabalho: mapeamento profissional das comunidades tradicionais para orientar empregabilidade, empreendedorismo e diálogo com o setor produtivo.

Proteção + cidadania: integração de rede socioassistencial (Cras), ações de documentação e iniciativas de inclusão produtiva, com valorização cultural e autonomia territorial.



POPULAÇÃO LGBTQIAPN+

A política estadual de direitos humanos tem avançado com instrumentos permanentes de formação e gestão, voltados à garantia de atendimento público livre de discriminação e alinhado às especificidades da população LGBTQIAPN+. No âmbito do Goiás Social, a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (Seds) estrutura essa atuação com ações de capacitação, produção de evidências e articulação interinstitucional, de modo a qualificar rotinas, orientar fluxos e consolidar referências técnicas para a rede.

Entre as iniciativas, o curso “Goiás pela Diversidade” já formou mais de mil servidores e profissionais, fortalecendo padrões de atendimento humanizado em diferentes serviços públicos. Em paralelo, a Seds coordena a Rede de Trabalho sobre a População LGBTQIAPN+, espaço de alinhamento com órgãos e instituições parceiras, e produziu materiais de orientação, como guia de apoio à execução de políticas públicas, que sub-

sidiam a implementação local e o aperfeiçoamento das práticas. A secretaria também realizou levantamento situacional sobre o perfil e vulnerabilidades desse público, com apoio de parceiros institucionais, para orientar decisões e ampliar a efetividade das ações.



Mais de 1.000 profissionais preparados para atendimento público sem discriminação.



Levantamento situacional para mapear vulnerabilidades e orientar decisões.



Rede de Trabalho + guia técnico para padronizar fluxos e fortalecer a proteção integral.

33

POPULAÇÃO
LGBTQIAPN+



PROGRAMA DE PROTEÇÃO A CRIANÇAS E ADOLESCENTES AMEAÇADOS DE MORTE (PPCAAM)

O Governo de Goiás, por meio do Goiás Social e da Secretaria de Estado de Desenvolvimento So-

cial (Seds), integra o Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte (PPCAAM), política pública voltada à preservação da vida em situações de risco extremo. A iniciativa organiza medidas de proteção com sigilo, acompanhamento contínuo e articulação com a rede de garantias de direitos, de modo a assegurar respostas rápidas e tecnicamente qualificadas para casos de ameaça efetiva.

No desenho operacional, o PPCAAM atua com equipes especializadas e com parcerias institucionais, adotando protocolos de monitoramento, registros técnicos e encaminhamentos para reconstrução de rotinas com segurança, o que pode incluir mudança de localidade e

suporte para reinserção social, conforme cada caso. Trata-se de uma proteção que depende de coordenação permanente e de fluxos claros para reduzir riscos imediatos e sustentar trajetórias de cuidado ao longo do tempo.



Proteção sigilosa e especializada a crianças e adolescentes sob ameaça de morte



Acompanhamento técnico continuado e articulação com a rede de proteção, com protocolos de monitoramento e encaminhamentos.



Interrupção do risco e reinserção social em condições seguras, com medidas definidas caso a caso

CONFERÊNCIAS ESTADUAIS

Preocupado em garantir espaços de escuta ativa e democrática, o Governo de Goiás, por meio da Seds, se reuniu com representantes do poder público e sociedade civil para debater políticas públicas, avaliar resultados e propor melhorias em áreas como a assistência social, direitos humanos, igualdade racial, entre outros.

A promoção desses encontros foi essencial para receber demandas municipais, discutir e alinhar as propostas estaduais e encaminhá-las à esfera nacional, atestando a preocupação e contribuição do Estado para a pluralidade de debates.

Somente no ano de 2025, em parceria com entidades e instituições, foram realizadas seis conferências estaduais, onde as equipes do Goiás Social atuaram na articulação e facilitação das ações, oferecendo estrutura, apoio técnico e institucional para que os debates acontecessem de

forma organizada, democrática e produtiva.

Ao incentivar e apoiar conferências estaduais, Goiás demonstra compromisso com a participação social, onde governo e sociedade caminham lado a lado na busca por soluções que promovam desenvolvimento social, inclusão, cidadania e qualidade de vida. Assim, o planejamento das políticas públicas se torna mais eficiente, justo e alinhado às necessidades locais, o que possibilita a execução de programas que transformam a vida da população e fazem de Goiás o estado número 1 do Brasil em proteção social.



5ª Conferência Estadual de Políticas para Mulheres (realizada em 6 e 7 de agosto)

Parceiros:

- Conselho Nacional dos Direitos da Mulher
- Ministério das Mulheres
- Conselho Estadual da Mulher (Conem)
- Organismos Municipais de Políticas para as Mulheres



4ª Conferência Estadual dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+ de Goiás (realizada em 22 e 23 de agosto)

Parceiros:

- Comitê Estadual de Enfrentamento à LGBTfobia no Estado de Goiás
- Defensoria Pública do Estado de Goiás

35

CONFERÊNCIAS ESTADUAIS



6ª Conferência Estadual de Promoção da Igualdade Racial de Goiás
(realizada em 29 e 30 de agosto)

Parceiros:

- Defensoria Pública do Estado de Goiás
- Conselho Estadual de Direitos Humanos, Igualdade Racial e Combate ao Preconceito (Cedhircop)



6ª Conferência Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa
(realizada em 16 e 17 de setembro)

Parceiros:

- Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa (Cedpi)
- Defensoria Pública de Goiás



15ª Conferência Estadual de Assistência Social de Goiás
(realizada em 7 a 9 de outubro)

Parceiros:

- Conselho Estadual de Assistência Social (Ceas)



5ª Conferência Estadual dos Direitos Humanos

Parceiros:

- Conselho Estadual de Direitos Humanos, Igualdade Racial e Combate ao Preconceito (Cedhircop)

MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO: ESTRUTURA, INTEGRIDADE E INTELIGÊNCIA PARA AMPLIAR RESULTADOS

A ampliação das políticas sociais em Goiás foi acompanhada por um movimento menos visível ao grande público, mas decisivo para a capacidade de entrega da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social. Ao longo dos últimos anos, a Seds avançou na requalificação de sua estrutura física, no fortalecimento da área administrativa, na consolidação de mecanismos de integridade e na adoção de soluções tecnológicas voltadas ao acompanhamento de programas, qualificação do atendimento e suporte à tomada de decisão. A modernização da gestão passou, assim, a funcionar como base de sustentação para uma política social mais organizada, mais transparente e mais responsiva.

Estrutura renovada para ampliar a capacidade de atendimento

Os resultados da reorganização também apareceram em reconhecimentos externos. A Seds alcançou o 2º lugar no ranking de execução orçamentária e financeira no porte 1, em 2024, e o 1º lugar, em 2025. Além disso, recebeu nível Diamante no Prêmio Governança do Programa de Compliance Público 2024, com nota 91,51; conquistou o nível Ouro no Prêmio Ética e Responsabilidade, em 2024; alcançou o 1º lugar categoria Diamante no GOMAP, em 2025, e voltou a receber distinções nas áreas de transparência, ouvidoria, ética e governança. As conquistas vão além de chancelas: sinalizam uma pasta que passou a combinar expansão de políticas públicas com melhorias dos seus padrões internos de gestão e controle.

No campo da infraestrutura, a Seds promoveu intervenções que melhoraram as condições de trabalho das equipes e ampliaram a capacidade operacional da pasta. Entre as principais entregas estão a substituição dos elevadores dos blocos da sede, a reforma e adequação do anexo da Avenida Anhanguera, que passará a funcionar como Unidade de Integração e Referência Social, a modernização do auditório do bloco D e a criação de um miniauditório no bloco A, além da reorganização de espaços internos nos blocos A e B. O período também foi marcado pela construção da nova Casa da Pessoa Idosa na Vila Mutirão, pela implantação dos Centros de Atendimento Socioeducativo Regionalizado (Caser) em Itaberaí, Itumbiara, Rio Verde, e de nova unidade de Porangatu. Também foram adquiridos um ônibus adaptado destinado à Vila São Cotto-lengo, em Trindade, 246 veículos

modelo pick-ups para os Centros de Referência de Assistência Social de todo o estado, além de 246 vans para serem usadas na Assistência Social dos municípios de Goiás.

A reorganização interna não se limitou às obras e aos equipamentos. Também houve avanço na estrutura administrativa, com a criação da Lei nº 22.489/2023, que instituiu o plano de cargos e salários dos servidores da secretaria, a realização de chamamentos públicos para cadastramento de entidades e hospitais filantrópicos em programas como o Auxílio Nutricional e o subsídio de tarifas de água e energia, com capacidade de atendimento de até 480 entidades sem fins lucrativos, além da contratação de equipes terceirizadas e temporárias para apoio às atividades administrativas. Esse conjunto de medidas ajudou a dar mais consistência à máquina pública responsável por operar a política social em escala estadual.

36

MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO

Reconhecimentos da gestão

1º lugar no ranking de execução orçamentária e financeira no porte 1, em 2025

2º lugar no ranking de execução orçamentária e financeira no porte 1, em 2024

Nível Diamante no Prêmio Governança do Programa de Compliance Público 2024, com nota 91,51

Nível Ouro no Prêmio Ética e Responsabilidade, em 2024

Selo Diamante em transparência pública

1º lugar na categoria Diamante do GOMAP, em 2025



Governança

A Assessoria Técnica de Avaliação e Monitoramento de Parcerias atuou como eixo de suporte à governança das parcerias no âmbito da Seds, com foco na qualificação da gestão e no acompanhamento de resultados. Dentre as principais entregas, destacam-se a gestão do contrato do Programa Goiás Social; a atuação junto à entidade executora da política de aprendizagem; e o acompanhamento da Organização Social no âmbito dos Caser de Itaberaí e na implantação da unidade do Socioeducativo de Rio Verde, contribuindo para a estruturação e consolidação dos processos de gestão.

Integridade e prevenção como parte da rotina institucional

Outro eixo importante desse processo foi o fortalecimento da integridade institucional. Na Corregedoria Setorial, a atuação foi além da apuração de irregularidades e passou a incorporar com mais força uma dimensão preventiva, orientadora e pedagógica. O setor registra iniciativas voltadas à modernização de fluxos de trabalho, racionalização de procedimentos, incremento da transparência e uso de instrumentos consensuais, como o Termo de Ajustamento de Conduta, quando juridicamente cabível. A iniciativa também destaca a superação de passivos históricos e a redução do estoque de processos administrativos disciplinares, demonstrando um esforço de reorganização que buscou dar mais agilidade e coerência à função correcional.

Essa mudança de postura veio acompanhada de ações de caráter informativo e preventivo. A Corregedoria produziu cartilha institucional explicativa sobre competências, comissões processantes, fluxos de apuração e principais infrações identificadas no âmbito da pasta, além de promover campanhas de conscientização sobre as-

sédio moral e assédio sexual, com materiais visuais, conteúdos informativos e divulgação dos canais adequados de denúncia. Ao tornar mais claros os procedimentos e reforçar o compromisso institucional com relações de trabalho respeitadas, a secretaria deu um passo importante para consolidar um ambiente interno mais seguro e mais alinhado aos princípios da administração pública.

Escuta qualificada e resposta mais ágil ao cidadão

Na mesma direção, a Ouvidoria Setorial ganhou densidade como canal de escuta, monitoramento e aperfeiçoamento dos serviços. Entre 2019 e janeiro de 2026, foram registradas 3.761 manifestações, entre reclamações, solicitações, denúncias, comunicações, pedidos de acesso à informação,

elogios e sugestões. No período, o tempo médio de resposta foi de 9,8 dias, o índice de resolatividade chegou a 69% e a nota média de recomendação atribuída pelos usuários foi de 8,0. Esses indicadores revelam não apenas volume de atendimento, mas também capacidade de resposta e uso das manifestações como insumo para correções e ajustes na gestão.

Além dos indicadores, a Ouvidoria passou a atuar de forma mais estruturada no campo da governança. O relatório aponta participação em grupos de trabalho da Controladoria-Geral do Estado, monitoramento da matriz de riscos, elaboração de relatórios gerenciais, padronização de respostas no sistema, capacitação de servidores em compliance público, produção de materiais educativos e implantação da Ouvidoria da Mulher Servidora.

A criação e o funcionamento do Call Center institucional aprofundaram esse movimento. Implantado em junho de 2025, com equipe formada por 12 atendentes e 2 supervisoras, o serviço registrou 15.417 atendimentos até 31 de janeiro de 2026, além de 3.475 atendimentos pontuais com resposta, ampliando a capacidade de orientação direta aos beneficiários dos programas sociais.

Ouvidoria em números

3.761 manifestações registradas entre 2019 e janeiro de 2026

9,8 dias de tempo médio de resposta

69% de índice de resolatividade

8,0 de nota média de recomendação dos usuários



Tecnologia e dados a serviço da gestão social

A modernização da gestão também avançou por meio da transformação digital. Os sistemas desenvolvidos pela área de tecnologia passaram a dar suporte mais preciso à execução, ao monitoramento e à prestação de contas de diferentes políticas públicas da secretaria. No Registro Civil, por exemplo, a solução criada para organizar o fluxo de emissão documental acolheu e pres-

tou assistência a 2.224 beneficiários em situação de vulnerabilidade desde janeiro de 2024, garantindo acesso à segunda via de documentos civis a pessoas sem condições de arcar com os custos do serviço. Já o sistema do Termo de Fomento passou a centralizar a prestação de contas do benefício de Auxílio Nutricional por entidades filantrópicas, reunindo funcionalidades operacionais e instrumentos de fiscalização em um único ambiente.

No programa Goiás por Elas, a solução tecnológica foi estruturada para apoiar um dos programas mais sensíveis da política social goiana, voltado a mulheres em situação de violência doméstica e vulnerabilidade. O sistema permitiu centralizar informações, agilizar consultas e tornar mais eficiente o processo de inclusão das beneficiá-

rias. Em outras frentes, o Portal Seds consolidou um ambiente digital de acesso a benefícios e serviços, enquanto ferramentas de automação e atendimento passaram a apoiar a relação cotidiana com os usuários da rede. O Sistema de Gestão de Atendimentos, implantado para o Call Center, passou a integrar histórico do cidadão, encaminhamentos, respostas técnicas, pesquisa de satisfação, relatórios por município e dashboards gerenciais, elevando a qualidade e a precisão do atendimento.

Também merece destaque o reforço da infraestrutura tecnológica que sustenta esse novo desenho de gestão. A secretaria registrou aquisição de computadores, notebooks, pontos de acesso sem fio, switches, serviços de envio de mensagens via WhatsApp e SMS e licenças de proteção corporativa, além de

suporte técnico contínuo para configuração, manutenção de equipamentos e apoio a eventos itinerantes de grande relevância social. A reestruturação do anexo aparece nesse material como uma das entregas mais recentes, articulando a melhoria da infraestrutura física com o fortalecimento do suporte tecnológico.

Em conjunto, as medidas ajudam a explicar como a Seds passou a operar com mais conectividade, mais segurança da informação e melhores condições para acompanhar, em tempo real, programas e serviços distribuídos por todo o estado.

Em perspectiva mais ampla, a modernização da gestão se revela parte constitutiva da política social, ao sustentar expansão, organização e capacidade de resposta. Ao combinar requalificação da estrutura, fortalecimento da área administrativa, integridade institucional, escuta qualificada e inteligência tecnológica, a Seds construiu uma base mais sólida para sustentar a expansão dos programas e melhorar sua capacidade de resposta. É nesse encontro entre gestão, transparência e operação que se consolida uma secretaria preparada para transformar volume de ações em resultados consistentes.

EVOLUÇÃO DOS PROGRAMAS DO GOIÁS SOCIAL OPERACIONALIZADOS PELA SEDS



Goiás
social

SEDS
Secretaria
de Estado de
Desenvolvimento
Social

GOVERNO DE
 **GOIÁS**
O ESTADO QUE DÁ CERTO